UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ ALBERTO DE ANDRADE DE LIMA JUNIOR

HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE MÚSICA E CANTO ORFEÔNICO EM DUAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS PÚBLICAS DE LONDRINA (1946 – 1971)

Londrina, PR
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ ALBERTO DE ANDRADE DE LIMA JUNIOR

HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE MÚSICA E CANTO ORFEÔNICO EM DUAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS PÚBLICAS DE LONDRINA (1946 – 1971)

Dissertação Apresentada ao
Programa de Mestrado em Educação da
Universidade Estadual de Londrina,
Como Requisito Parcial à Obtenção
do Título de Mestre

Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Maria Luiza Macedo Abbud

Londrina
2009

Catalogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L732h Lima Junior, José Alberto de Andrade de.
História da disciplina de música e canto orfeônico em duas escolas secundárias públicas de Londrina (1946-1971) / José Alberto de Andrade de Lima Junior. – Londrina, 2009.
250 f. : il.

Orientador: Maria Luiza Macedo Abbud.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.
Inclui bibliografia.

1. Educação Musical – História – Londrina – Teses. 2. Música – Estudo e ensino – Teses. 3. Música – Escola pública – Teses. I. Abbud, Maria Luiza Macedo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 78:37.02

JOSÉ ALBERTO DE ANDRADE DE LIMA JUNIOR

HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE MÚSICA E CANTO ORFEÔNICO EM DUAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS PÚBLICAS DE LONDRINA (1946 – 1971)

Dissertação Apresentada ao
Programa de Mestrado em Educação da
Universidade Estadual de Londrina,
Como Requisito Parcial à Obtenção
do Título de Mestre

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof[a]. Dr[a]. Elaine Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá

_____
Prof[a]. Dr[a]. Marlene Rosa Cainelli
Universidade Estadual de Londrina

_____
Prof[a]. Dr[a]. Maria Luiza Macedo Abbud
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 04 de Dezembro de 2009.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e aos meus irmãos pelo apoio de todos esses anos;

A minha orientadora de mestrado;

A todos os professores do curso de Música da UEL;

Ao Programa de Mestrado em Educação;

Aos diretores e funcionários das escolas pesquisadas;

Aos funcionários do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica CDPH/UEL;

Às depoentes desta pesquisa;

A todas as pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram nesta grande etapa.

LIMA JUNIOR, José A. de A. de. **História da disciplina de música e canto orfeônico em duas escolas secundárias públicas de Londrina (1946 – 1971)**. 2009. 200 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2009.

RESUMO

Fazer um estudo sobre a história do ensino de música na escola publica secundária de Londrina/PR no período 1946 a 1971 é foco desta pesquisa. O ano de 1946 foi tomado como marco inicial por ser o ano da inauguração do primeiro ginásio público – O Ginásio Estadual de Londrina. O período estudado se encerra em 1971, ano da promulgação da lei No. 5.692/71, quando a disciplina é excluída da grade curricular do ensino secundário. Documentos e depoimentos constituíram as fontes de pesquisa que forneceram indicativos para compreender como o ensino de música se organizou em duas escolas públicas secundárias de Londrina. A partir das informações colhidas nos depoimentos foi possível fazer o mapeamento inicial e a partir daí, analisar documentos escolares de duas grandes escolas da Cidade, o Colégio Estadual Professor Vicente Rijo que ofertava o curso ginasial desde 1946 e o IEEL – Instituto Estadual de Educação de Londrina, responsável pelo Curso Normal desde 1945. O marco inicial, 1946, representa o ápice da disciplina de canto orfeônico na escola pública nacional que até ser extinta em 1971, decresce de importância. Os dados indicaram a regularidade de oferta no inicio do período estudado, com professores da área e conteúdos específicos e a sua permanência ainda por algum tempo mesmo depois de 1961, quando se transforma em disciplina optativa (ou parte diversificada). A partir de 1971, a semelhança de outros locais, em Londrina, algumas professoras que já estavam na rede pública dando aulas de música, continuaram ministrando o conteúdo de música para seus alunos mesmo com a mudança para Educação Artística.

Palavras-chave: História da Educação. Ensino de Música na Escola Pública. Educação Musical no Brasil.

LIMA JUNIOR, José A. de A. de. **History of music discipline and orpheonic singing in two secondary state schools in Londrina (1946 – 1971)**. 2009. 200 fls. Dissertation (Master`s Course in Education). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2009.

ABSTRACT

The focus of this research has been to make a case study on the history of Music Teaching in Secondary State Schools in Londrina-Pr from the year 1946 to 1971. The year 1946 was chosen as the starting point for having been the year when the first Secondary State School – Ginásio Estadual de Londrina – was open. The year 1971 is the end of the time studied, as it was when the Bill 5.692/71 became law, excluding this discipline from the Secondary School Syllabus. Documents and interviews have been the sources of this research and provided indications to understand how the teaching of Music was organized in two Secondary State Schools in Londrina. The data collected in the interviews gave us the opportunity to make the initial mapping and from there analyse school documents of two big schools from the city, The State School Professor Vicente Rijo which had been offering the Secondary school course since 1946 and the Londrina Institute of Education responsible for the Pedagogical Course since 1945. The starting point, 1946, represents the highlight of the subject Orpheonic Singing in the national state school which has decreased in importance until being extinct in 1971. The data indicated the regularity of offer in the beginning of the studied period, with specialized teachers, specific content and its permanence for some time even after 1961 when it became an optional subject (or diversified part). From 1971, in other places as well as in Londrina, some teachers, who had already been teaching music in the state schools, kept the subject even though it had been substituted for Art.

Key Words: The History of Education. The Teaching of Music in Public Schools. Musical Education in Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Programa das escolas primárias do Estado de São Paulo.....26

Figura 2 - Aulas semanais no curso secundário fundamental pela reforma de 1931.....28

Figura 3 - Distribuição das aulas no curso ginasial, segundo a reforma Capanema de 1942.....30

Figura 4 - Artigo sobre a Inauguração da Escola de Professores de Londrina.....44

Figura 5 - Artigo sobre curso preparatório ao exame de admissão.....46

Figura 6 - Artigo sobre a Inauguração do Ginásio Estadual.....47

Figura 7 - Quadro com Corpo Docente do Ginásio Estadual em 1946.....48

Figura 8 - Artigo sobre apresentação musical com o Prof. Otávio Santos em Londrina.....49

Figura 9 - Artigo sobre a Inauguração do Ginásio Estadual.....50

Figura 10 - Quadro geral de matrícula de 1946 com o número de alunos matriculados.....51

Figura 11 - Conteúdos de Música nas aulas da 1ª série do curso secundário.....58

Figura 12 - Conteúdos de Música nas aulas da 2ª série do curso secundário.....59

Figura 13 - Horário Diurno das Primeiras turmas do curso ginasial.....61

Figura 14 - Disciplinas do curso ginasial em 1961.....63

Figura 15 - Corpo Docente e Disciplinas em 1962.....64

Figura 16 - Quadro de disciplinas em 1962.....65

Figura 17 - Boletim de Médias do mês de março de 1949.....69

Figura 18 - Quadro da 1ª turma formada no Ginásio Estadual de Londrina em 1949.....69

Figura 19 - Corpo docente do Colégio Estadual de Londrina em 1960.....74

Figura 20 - Corpo docente do Ginásio Estadual Prof. Vicente Rijo em 1962.....75

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Vista parcial de Londrina em 1929.....36

Foto 2 - Vista parcial da cidade de Londrina no início dos anos 30.....36

Foto 3 - Escola alemã do Heimtal.....40

Foto 4 - Instituto Mãe de Deus em 1938.....42

Foto 5 - Fachada do Ginásio Londrinense em 1941.....43

Foto 6 - Fachada lateral do IEEL em 1971.....45

Foto 7 - Ginásio Estadual de Londrina inaugurado em 1946.....52

Foto 8 - Colégio Estadual Prof.Vicente Rijo na Av. J.K.....52

Foto 9 - Prof$^{a.}$ Cidinha Frigeri – 2008.....72

Foto 10 - Profa. Leozita Baggio com seus alunos do Colégio José de Anchieta.....76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Decretos da Reforma Francisco Campos.....27

Quadro 2 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1946.....54

Quadro 3 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1946.....55

Quadro 4 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1947.....55

Quadro 5 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1947.....55

Quadro 6 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1947.....55

Quadro 7 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1961.....55

Quadro 8 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1961.....55

Quadro 9 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1961.....55

Quadro 10 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1962.....56

Quadro 11 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1962.....56

Quadro 12 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1962.....56

Quadro 13 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1967.....56

Quadro 14 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1967.....56

Quadro 15 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1967.....56

Quadro 16 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1971.....57

Quadro 17 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1971.....57

Quadro 18 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1971.....57

Quadro 19 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1972.....57

Quadro 20 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1972.....57

Quadro 21 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1972.....57

Quadro 22 - Professores de música da Escola Normal de Londrina de 1950/1961.....58

Quadro 23 - Unidades de Trabalho.....59

Quadro 24-a - Conteúdo da disciplina de música no IEEL.....60

Quadro 24-b - Conteúdo da disciplina de música no IEEL.....60

Quadro 25 - Disciplinas da 1ª Série do curso ginasial em 1946.....61

Quadro 26 - Disciplinas da 1ª Série do curso ginasial em 1961.....62

Quadro 27 - Disciplinas da 2ª Série do curso ginasial em 1961.....62

Quadro 28 - Disciplinas da 3ª Série do curso ginasial em 1961.....62

Quadro 29 - Disciplinas da 4ª Série do curso ginasial em 1961.....62

Quadro 30 - Disciplinas da 1ª Série do curso ginasial em 1949.....63

Quadro 31 - Disciplinas da 2ª Série do curso ginasial em 1949.....63

Quadro 32 - Disciplinas da 3ª Série do curso ginasial em 1949.....63

Quadro 33 - Disciplinas da 4ª Série do curso ginasial em 1949.....63

Quadro 34 - Professores de música do Ginásio Estadual de Londrina de 1946/1965.....66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

CAPÍTULO 1 - ENSINO DE MÚSICA NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO.....22

CAPÍTULO 2 – LONDRINA E SUAS PRIMEIRAS ESCOLAS.....35

2.1.AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.....38

2.2. O COLÉGIO MÃE DE DEUS.....41

2.3. O GINÁSIO LONDRINENSE.....42

2.4. O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE LONDRINA.....43

2.5. O GINÁSIO ESTADUAL DE LONDRINA.....46

CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE MÚSICA NA ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA DE LONDRINA.....53

CAPÍTULO 4 – DEPOIMENTOS SOBRE O ENSINO DE MÚSICA NA ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA DE LONDRINA.....67

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....81

REFERÊNCIAS.....85

APÊNDICES.....90

APÊNDICE A - Depoimentos.....91

ANEXOS.....120

ANEXO A - Documentos Escolares.....121

ANEXO B - Jornal Paraná Norte.....194

INTRODUÇÃO

Quando decidi ser um profissional da música, aos meus 16 anos de idade, percebi o quanto a arte era algo importante para minha vida, o quanto a música transformou meu modo de pensar e de viver, de ver e entender as relações sociais com os outros dentro do meu próprio contexto sócio-econômico.

Quando tive as primeiras aulas de música com aquela professora sorridente, alegre e simpática (da qual não me recordo o nome), uma senhora que tocava acordeom nas aulas, durante o curso primário na Escola Municipal Luís de Camões no bairro de Colégio, subúrbio do Rio de Janeiro, não entendi, naquele momento, o quanto àquelas aulas de música influenciariam o resto da minha vida, sua dimensão e sua importância para o meu aprendizado e meu desenvolvimento cultural e social, refletidas anos mais tarde durante minha adolescência e meu aprendizado musical.

A história do ensino de música se confunde com a própria história da educação no Brasil. Desde o período colonial, quando os jesuítas abriram as primeiras escolas, assumindo a educação da população na colônia, a educação musical passa pelas reformas pombalinas e chega ao período republicano, utilizada ora oficialmente, ora não oficialmente, dentro do sistema escolar.

No processo de escolarização ocorrido em Londrina no final dos anos 1930, a disciplina de música esteve presente na grade curricular das escolas, tanto nas escolas particulares quanto nas poucas escolas públicas que foram inauguradas no mesmo período, e se manteve na grade até o final dos anos 1960 quando o país passou por mudanças na legislação educacional.

No capítulo primeiro deste trabalho abordo o tema sob um olhar historiográfico, identificando quando e como o ensino de música foi inserido no processo de implantação do sistema educacional na República Brasileira, a legislação referente ao ensino de música na escola pública e as reformas educacionais dos governos até 1971 com a promulgação da Lei 5.692/71[1].

---

[1] A lei 5.692/71 tinha como objetivo geral fixar o ensino secundário em educação de 1º e 2º Graus, ampliando a obrigatoriedade escolar para 8 anos de duração para o ensino de 1º Grau e de 3 ou 4 anos para o ensino de 2º Grau. "O ensino de 1º grau, além da formação geral, passa a proporcionar a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. O ensino de 2º grau passa a constituir-se indiscriminadamente, de um nível de ensino cujo objetivo primordial é a habilitação profissional". (ROMANELLI, 2008, p. 238, 13ª ed.).

No segundo capítulo escrevo uma breve história de Londrina, do processo de ocupação da região norte do Paraná e da criação da cidade de Londrina, que no final dos anos 1930 passa por um processo de escolarização, identificando também as primeiras instituições de ensino do município.

O terceiro capítulo trata sobre o tema principal desta pesquisa desvelando a história da disciplina de música e/ou canto orfeônico em duas escolas públicas secundárias de Londrina ao fazer análise dos documentos escolares.

E no quarto capítulo são os relatos de quatro mulheres em diferentes décadas e momentos da história de Londrina, e que tiveram alguma relação com a disciplina.

Acredito na importância que a educação musical tem como campo de conhecimento e o quanto ela pode contribuir significativamente para a formação sócio-cultural e cognitiva dos alunos em nossas escolas regulares. Com este mesmo sentido, a ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical – foi fundada em 1991 objetivando promover a educação musical no Brasil contribuindo para que o ensino de música esteja presente, de forma sistemática e com qualidade no sistema educacional brasileiro.

Atenta às várias formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem musical em nosso país, nos últimos anos a ABEM tem se empenhado bastante na aprovação da lei No. 11.769/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de musica nas escolas de educação básica. A ABEM organiza e sistematiza a pesquisa e a troca de experiências na educação musical em todos os níveis de ensino em seus encontros[2] nacionais e regionais que são realizados anualmente.

[2] Ao longo de sua trajetória, a ABEM já realizou diversos Eventos nacionais e regionais, contemplando temas de significativo valor para a educação musical no país e levando, às diferentes regiões brasileiras, uma variedade de problemáticas, propostas e reflexões relacionadas à área.

Problema

Ao participar do VII Simpósio Paranaense de Educação Musical promovido pelo Departamento de Artes da Universidade Estadual de Londrina no ano de 2000, surgiram as minhas primeiras dúvidas em relação à história do ensino de música em nossa cidade e, mesmo depois, quando iniciei a graduação em Música nessa mesma Universidade, essas dúvidas permaneciam sem resposta. Percebi que havia uma legislação pertinente ao ensino de música na escola pública brasileira e algumas publicações nacionais sobre o tema. Todavia, ao mesmo tempo, faltavam publicações locais, o que me instigou a investigar com mais profundidade o assunto, resultando na minha entrada no Programa de Mestrado em Educação dessa Universidade. Na minha pesquisa surgiu então a seguinte questão: Ocorreu o ensino de música na escola secundária pública em Londrina? Esta pergunta é o principal questionamento desta pesquisa à qual respondo no decorrer dos capítulos.

O ano de 1946 foi escolhido como marco inicial desta pesquisa por ser o ano de fundação do Ginásio Estadual de Londrina, primeiro Ginásio Público, confirmando informações coletadas no depoimento de ex-aluna, da primeira turma desta escola. E o ano de 1971 foi escolhido por ser o ano da promulgação da lei 5.692/71 que, entre outras mudanças, incorpora a música à disciplina de educação artística e, oficialmente e definitivamente, a retira como disciplina da grade curricular da escola pública brasileira.

Houve a necessidade da utilização da história oral como metodologia de pesquisa. Esses depoimentos de pessoas que vivenciaram esse período histórico, e que são testemunhas vivas da educação musical em nossa cidade, tornaram-se documentos orais de grande importância para a história da educação de Londrina. Privilegiei nas entrevistas a coleta dados e informações referentes ao ensino de música – verificando de que forma aconteciam as aulas, e o que ficou marcado desta vivência musical na vida das pessoas entrevistadas – em duas das principais escolas públicas secundárias de Londrina, o Instituto Estadual de Educação de Londrina e Colégio Estadual Professor Vicente Rijo.

Os documentos oficiais encontrados nas escolas em seus arquivos inativos foram: livros-ponto dos professores, atas de resultados finais, boletins de médias de exercícios, históricos escolares, relatórios finais anuais, quadros de disciplinas ofertadas, horários de provas parciais, boletins de prova oral, quadro de horários das disciplinas ofertadas, boletins de médias gerais, quadro geral de matrícula, quadros com corpo docente do ano letivo.

Justificativa

Na historiografia da educação escolar brasileira ainda faltam pesquisas que abordem o tema específico sobre história da educação musical no ensino regular. Em toda a história da educação brasileira, desde o período colonial até o início dos anos 1970, o ensino de música esteve presente na escola regular, tanto na escola pública quanto na escola privada, ora com mais, ora com menos importância, mas sempre presente nos currículos escolares de cada período histórico.

Entre tantas questões que podem ser formuladas sobre a educação musical no ensino regular brasileiro, duas merecem destaque: De que forma a educação musical se realizou no Brasil? E como aconteceu o ensino de música na escola pública secundária de Londrina, mais especificamente no Colégio Estadual Prof. Vicente Rijo e no Instituto Estadual de Educação de Londrina no período de 1946 até 1971?

A pertinência de tais questões é confirmada por Freire (1996), sobre a história da educação musical no Brasil, durante o V Encontro Anual da Associação de Educadores Musicais realizado em Londrina, e expressa adequadamente por que me interessei por este tema: “O ensino de música no Brasil não foi suficientemente estudado, e, na verdade ainda não nos debruçamos verdadeiramente sobre a história da educação musical no Brasil”. (FREIRE, 1996, p. 187).

Para o contexto nacional, o desenvolvimento de pesquisas locais deve contribuir para a maior compreensão sobre o assunto. Existem estudos a respeito do tema em alguns tempos e espaços, via de regra, centralizado nos grandes centros

urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Neste sentido, o desenvolvimento de uma história local contribui para a compreensão da história da educação musical brasileira.

Na revisão bibliográfica sobre o assunto, percebemos que no Brasil o ensino de música se inicia com a vinda dos missionários Jesuítas de Portugal, mas é no período republicano que ele teve maior relevância e decresce de importância até o final dos anos 1960.

A incursão histórica que Loureiro (2003) faz relata bem a importância da música no desenvolvimento do ser humano e das civilizações. A autora relata a paixão que a Grécia antiga tinha pela música, a qual dava o merecido reconhecimento como valor formativo, ensejando as primeiras preocupações com uma pedagogia da música. Com a invasão romana, algumas características são alteradas. Os romanos, mais rudes, foram influenciados pela cultura grega e, aos poucos, a educação musical ganha espaço, passando a ser estudada como uma ciência, privilegiando o aspecto teórico em detrimento do prático.

Na idade média a Igreja Católica se apropria do conhecimento musical como recurso para desenvolver a exaltação, a paixão religiosa. Durante a reforma protestante de Martinho Lutero, que também se utilizava da música e da educação para a catequese do povo, a Igreja Católica toma várias medidas para evitar o avanço protestante na Europa, entre elas a criação da ordem dos jesuítas que utiliza a música em suas escolas como um dos principais recursos para a educação da juventude européia, com vistas à formação do bom cristão.

No Brasil, o ensino de música chega com os jesuítas dentro desse contexto histórico para barrar o avanço protestante na América. Entre os recursos utilizados pelos padres para a evangelização dos nativos está a música, que se torna uma ferramenta importante no processo de aculturação dos indígenas.

Fonterrada (2008) também faz um resgate histórico sobre o ensino de música na escola brasileira. Segundo ela, a ordem jesuíta fora responsável por trazer para a colônia portuguesa práticas que influenciariam por dois séculos a educação musical no Brasil. Durante o período colonial até 1759, a educação musical, assim como a educação geral, estava ligada a igreja católica e conseqüentemente a preceitos, repertórios e conteúdos do modo europeu de educação. O conceito de educação musical no período colonial não era o mesmo que conhecemos hoje. Assim, o ensino de música se dava pela prática musical e

pelo canto e era voltado para educação e formação musical para as igrejas, conventos e colégios. Com a vinda da família real para o Brasil (1808) a prática musical sai das igrejas e passa para um tipo de informalidade, pois segundo ela não há referências de como esse ensino de música se dava, a não ser pelo repertório ainda predominantemente europeu, mas somente em 1845 foi instituído oficialmente o ensino de música nas escolas brasileiras por meio de um decreto imperial que dizia que o ensino deveria se desenvolver em dois níveis: “Noções de Música” e “Exercícios de Canto” e nada mais. Na República, com o decreto No. 981 de 28 de novembro de 1890, a música passa a ser incluída oficialmente no currículo escolar brasileiro.

Fonterrada (2008) afirma também que o canto orfeônico se torna obrigatório na educação brasileira no governo de Getúlio Vargas, na pessoa do maestro Villa Lobos, que institui um plano nacional de musicalização. Esse projeto tinha caráter cívico-nacionalista e enaltecia a figura do ditador. A autora diz que nos anos 1960, o canto orfeônico foi substituído pela educação musical, e que surgem os cursos para a formação de professores de música. A partir de 1971 o ensino de música passa por uma reviravolta, perde seu espaço na escola com a lei 5.692/71 que extingue a educação musical do sistema educacional brasileiro, substituindo-a pela disciplina de educação artística.

Jardim (2003) em sua Dissertação de Mestrado faz um resgate das leis sobre educação no estado de São Paulo e sobre educação musical na escola durante a primeira República. Segundo ela, a música foi incluída oficialmente nos currículos escolares a partir de 1890, no início da república brasileira, e tinha o sentido, primeiramente, de sensibilização e civismo, depois de caráter civilizatório e por fim, cívico-nacionalista. É comum, segundo a autora, atribuir o início da educação musical na escola pública à iniciativa do maestro Villa Lobos que durante os anos 30 implanta o ensino de canto orfeônico nas escolas públicas brasileiras por este ser um período histórico em que a música tinha um papel cívico importante para a formação dos jovens e para exaltação às mudanças sócio-políticas realizadas pelo governo Vargas. Ainda assim, ela lembra em suas pesquisas que o ensino de música da escola pública já era privilegiado mesmo antes dos anos 30.

Amato (2006) é uma das pesquisadoras que confirma a crítica de Jardim (2003), citada acima, em seu artigo na Revista OPUS No. 12 de 2006, uma vez que afirma que um dos momentos mais importantes da história da educação

musical no Brasil foi durante o governo de Getúlio Vargas, com a criação em 1932 da S.E.M.A. - Superintendência de Educação Musical e Artística, dirigida por Villa Lobos, que tinha por objetivo o desenvolvimento do estudo da música em todos os níveis nas escolas brasileiras.

Souza (1996) durante mesa redonda no V Encontro Anual da ABEM, realizado em Londrina cita que em sua tese de doutoramento pode identificar que durante o Estado Novo, na tentativa de implantação de um programa nacional de musicalização nas escolas públicas de todo país, o papel das aulas de música passa pela discussão sobre os fins e os ideais embutidos no projeto pedagógico-musical que serviria para estabilizar o regime, contribuindo para a formação de uma consciência nacional e para estabelecer uma “harmonia social”. Mesmo com o fim do Estado novo, o ensino de música continua privilegiado pelas reformas educacionais que ocorreram após esse período até 1961, quando é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, rompendo de vez os laços com o regime getulista. A LDB de 1961 não extinguiu a música do currículo escolar, mas limitou-a enquanto disciplina optativa.

Lemos Júnior (2005) fez uma pesquisa semelhante a este trabalho em sua tese de doutorado, investigando o ensino secundário de música em Curitiba/PR no período de 1931-1956 em duas escolas de grande importância para a educação paranaense: O Ginásio Paranaense (atual Colégio Estadual do Paraná) e a Escola Normal (atual Instituto de Educação Prof. Erasmo Pilloto). Segundo ele o ensino de música esteve presente no Paraná nas três primeiras décadas do século XX, principalmente nas escolas primárias e normais, que eram atribuição do Estado. Como o ensino secundário só se tornou regulamentado e obrigatório a nível nacional, a partir da década de 1930, o ensino de música é incluído na grade curricular graças à atuação do maestro Villa Lobos. A partir de 1931 com a reforma Francisco Campos, a disciplina passa a ser oficialmente incluída nos programas de ensino das escolas secundárias brasileiras e em Curitiba, os colégios seguem o plano vigente adotando a disciplina em seus currículos.

Em 1956 foi criado o Conservatório de Canto Orfeônico do Paraná que passa a formar professores de canto orfeônico para as escolas secundárias do estado, pois, mesmo com o fim da política getulista, o ensino de música continuou a ser ministrado nas escolas curitibanas.

O presente projeto se justifica, portanto, em desenvolver uma pesquisa local, na área de história da educação, sobre a disciplina de musica em duas escolas secundárias públicas de Londrina de 1946 a 1971: O Ginásio Estadual de Londrina (atual Colégio Estadual Prof. Vicente Rijo) e a Escola de Professores de Londrina (o atual IEEL – Instituto de Educação Estadual de Londrina). Esta pesquisa, além do registro da memória da educação musical em duas das principais escolas públicas secundárias de nossa cidade, contribui também para o entendimento do conjunto de saberes que são privilegiados na educação escolar neste período.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é fazer um estudo da história da disciplina de música e/ou canto orfeônico em duas escolas do ensino público secundário em Londrina no período de 1946 a 1971, o IEEL – Instituto Estadual de Educação de Londrina (antiga Escola de Professores) e o Colégio Estadual Professor Vicente Rijo (antigo Ginásio Estadual de Londrina).

Metodologia

O problema, a justificativa e os objetivos indicaram a necessidade de utilizar a história oral e a análise de documentos como procedimentos de pesquisa. Entendo que neste caso, a história oral pode ser um valoroso recurso para obtenção de respostas que direcionem onde procurar os documentos sobre o ensino de música na escola pública em Londrina, e a análise de documentos escolares pode confirmar alguns dos dados mencionados nos depoimentos.

Num primeiro momento resolvi adotar a história oral como procedimento de pesquisa para coletar dados, como por exemplo, datas e locais, em depoimentos de pessoas que estiveram envolvidas e que poderiam direcionar-me ao encontro de alguma documentação relativa ao tema.

Mas o que é história oral? Segundo Meihy:

> "História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. É uma história do tempo presente [...]" (MEIHY, 1996, p. 13).

A história oral mantém um vínculo direto com a história social, recompondo vários aspectos da vida social de um determinado grupo no tempo histórico contemporâneo e do cotidiano das pessoas do nosso tempo. No Brasil a história oral chega tarde por falta de tradição, pela falta de vínculos institucionais em se desenvolver pesquisas, e só se desenvolveu a partir do início dos anos 1980 quando a academia se preocupa em documentar a história local, num gesto ansioso de *"recuperar o tempo perdido"*, se preocupa em registrar a história social de suas localidades, antes que os possíveis agentes e depoentes viessem a falecer e assim se perder para sempre toda essa informação da memória de uma comunidade, de um grupo ou uma região, perdendo-se para sempre informações relevantes para a compreensão da vida social e da realidade local.

Esta metodologia é coerente com o tema e com a pesquisa, pois trata de construir uma história através da memória dos agentes entrevistados, de pessoas que participaram de alguma forma ou que foram protagonistas do ensino de musica na escola pública secundária de Londrina. Baseado nas lembranças e na memória dos depoentes, os depoimentos foram gravados, transcritos e transformados em documentos, formando assim, um conjunto de informações que se tornaram importantes para elucidar parte da história do ensino de música e da educação musical de Londrina.

Coletei os depoimentos sem aquela formalidade de uma entrevista, pois queria que elas se sentissem à vontade para falar sobre o assunto, sem se sentirem pressionadas a lembrar de fatos. Para essas entrevistas utilizei um roteiro básico de perguntas para que elas falassem sobre locais, datas, pessoas que participaram, tempo de permanência e qual a opinião delas sobre as conseqüências deste aprendizado musical.

Comecei as entrevistas com a professora Maria Aparecida Machado Frigeri, que foi uma das responsáveis pela disciplina de canto e música do Ginásio Estadual de Londrina nos anos de 1958 até 1981. Esta colaboradora relatou que dava aulas de música para suas turmas e mesmo depois da mudança para educação artística, ela continuou a ministrar aulas de música para seus alunos. Depois colhi o depoimento da professora Leozita Baggio, formada em piano, com habilitação em educação musical e que foi aluna do Ginásio Estadual e também professora do IEEL nos anos 1960. Depois entrevistei a professora Lucy Maurício Schimiti, do Departamento de Música e Teatro da Universidade Estadual de Londrina, que foi aluna da professora Maria Aparecida Machado Frigeri no Colégio Estadual Vicente Rijo no início dos anos 1970 e que relata que teve aulas de música no colégio com esta professora mesmo sendo a disciplina de educação artística. E por fim, entrevistei a professora aposentada Dalva Maurício Schimiti, que fora aluna da primeira turma do Ginásio Estadual de Londrina em 1946, que no seu depoimento confirma a existência de aulas de música no Ginásio a partir de 1946. Previamente coletei informações sobre o ensino de música na rede pública em Londrina, formando assim uma rede com informações importantes e que me conduziram à escolha das depoentes, por coincidência todas do sexo feminino, sendo que todas têm relação com a música, com o ensino e com a educação, mas cada uma pertence a um período histórico: Uma vivenciou a década de 1940, outra a de 1950, outra a de 1960 e outra, ainda, a década de 1970.

Num segundo momento, com alguns dados em mãos, fui até as escolas citadas nos depoimentos e procurei na documentação mais antiga informações complementares para os dados que foram coletados nos depoimentos.

Os dados observados nos documentos complementaram as informações coletadas nos depoimentos, como por exemplo, datas e locais, nomes de professores e de alunos, nome da disciplina e carga horária, que foram enriquecidos pela documentação escolar encontrada nas escolas, ainda que vários deles tenham se perdido pela ação do tempo, incêndios, umidade e por falta de conservação e cuidados necessários.

Encontrei nos arquivos inativos (“arquivo morto”) das instituições de ensino secundário Colégio Estadual Professor Vicente Rijo e IEEL – Instituto Estadual de Educação de Londrina – vários documentos, de tipos diferentes, todos referentes a rotina escolar e ao cotidiano de ensino destas instituições tais como livros ponto dos professores, atas de resultados finais, boletim de médias de exercícios, históricos escolares, relatórios finais anuais, quadros de disciplinas ofertadas, horários de provas parciais, boletins de prova oral, quadro de horário das disciplinas ofertadas, boletins de médias gerais, quadro geral de matrícula, corpo docente do ano letivo.

Utilizar como fonte histórica a memória dos entrevistados, associada às informações de arquivo, possibilitou reconstituir o período histórico que pretendo estudar a partir de 1946, ano de inauguração do Ginásio Estadual de Londrina até 1971, ano da promulgação da lei 5.692/71.

CAPÍTULO 1

ENSINO DE MÚSICA NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO

Podemos afirmar que em todos os períodos da história da educação brasileira o ensino de música esteve presente, ora oficialmente e em outros momentos informalmente. O ensino sistemático de música e das artes específicas foi retirado do currículo da escola regular em 1971, pela lei 5.692/71, com o sentido de garantir o processo de formação de mão de obra para a grande indústria que seria implantada no país nos anos seguintes. Mas ao observar atentamente os depoimentos aqui utilizados e com base na minha própria experiência de aprendizado musical na escola pública no final dos anos 1970, entendo que o ensino musical na escola não cessou imediatamente após promulgação da lei, talvez por persistência ou por causa da própria formação musical dos professores, que mantiveram as atividades de ensino de música nas escolas em que já trabalhavam.

Mesmo estando presente desde os Jesuítas, é com o advento da República que o ensino de música na escola pública se torna uma ferramenta para a formação cívica do novo cidadão brasileiro.

Se no período colonial o ensino de música era realizado pelos padres jesuítas em suas escolas, movido por claros objetivos ideológicos, na República brasileira isso não foi tão diferente, principalmente a partir dos anos 1930 durante o governo de Getúlio Vargas até o final dos anos 1960. Mas é no início dos anos 1970 que a educação musical sofre o seu mais duro golpe com a ascensão dos militares ao poder em 1964, que coloca em prática um novo modelo de desenvolvimento econômico no Brasil aliado ao grande capital nacional e internacional e, dentro desse novo cenário sócio-econômico, um projeto de educação que retirou definitivamente o ensino de música da escola brasileira e que centralizou o ensino de artes na figura polivalente do professor de educação artística, que não tinha formação para atuar em todas as áreas artísticas.

No período republicano o Brasil passa por mudanças estruturais importantes na política e na administração pública. É implantada uma nova máquina estatal e um projeto de modernização da sociedade brasileira seguindo idéias liberais legitimadas com a proclamação da republica (1889). São melhoramentos significativos para a sociedade brasileira; entre eles podemos citar: instalação de fábricas, construção de prédios públicos, modernização de avenidas, construção de estradas etc.

No campo educacional também ocorrem mudanças importantes. É nesse período que a sociedade brasileira percebe que, por meio da educação, os objetivos de modernização do país poderiam ser alcançados e consolidados e, a partir desse momento, a escola passa a ter uma função específica dentro do ideal republicano. Segundo Saviani (2004, p.18): "*É quando de fato o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente as escolas*".

Jardim também comenta sobre esse início na República:

> A primeira República pode ser apontada como um marco inicial do período de formação e construção da estrutura escolar brasileira que, apesar dos duros golpes e desvios de caminhos que sofreu, sedimentou conceitos, práticas educacionais, ideologias, simbologias, programas e políticas educacionais. (JARDIM, 2003, p.20).

É nesse período, segundo Souza (2008), que se começa a delinear duas direções para a educação no Brasil: uma educação popular, de saberes elementares para a formação de mão-de-obra e outra educação para as elites, de cultura geral e que formaria os dirigentes de classe média em ascensão. Então, se por um lado a educação toma um rumo da integração social, de formação patriótica, por outro as diferentes modalidades e instituições de ensino diferem os modos de apropriação do saber e de produção do conhecimento, ou seja, produz uma escola para a massa trabalhadora e outra para classe dominante.

O projeto pedagógico republicano traz importantes inovações e uma organização administrativa complexa. A escola se caracteriza por uma mudança de concepção e de finalidades.

Nas primeiras décadas da República foram definidos os dois caminhos que a educação deveria percorrer. Uma das funções da escola era a de formação de uma massa de trabalhadores com uma instrução mais geral. Outra era de capacitar futuros dirigentes, os filhos da classe dominante. Uma Seleção Cultural, segundo Souza (2008), mantida até meados do século XX:

> Nas primeiras décadas republicanas, os conteúdos da escola primária foram redefinidos no Brasil em função das novas finalidades atribuídas à educação popular. Novas matérias foram introduzidas como ciências físicas e naturais, história, geografia, música, geometria, instrução moral, educação física, desenho, instrução cívica e trabalhos manuais. (SOUZA, 2008, p. 20).

Mesmo com a inclusão de novas disciplinas, como as citadas acima, o futuro trabalhador brasileiro necessitava de conhecimentos variados, ainda que "limitadíssimos". Era necessário formar o caráter, ter um pouco de esclarecimento em face da ignorância social, normas de civilidade e alguns conhecimentos técnicos profissionais.

Postas estas necessidades, os diferentes segmentos da República defendiam diferentes projetos de educação e de país, o que explica a ocorrência de várias reformas educacionais durante a primeira república como a Reforma Benjamim Constant (1890), a reforma Caetano de Campos (1892), a reforma Rivadávia Correa (1911), a reforma Sampaio Dória (1920).

Ao caracterizar os projetos e as reformas educacionais ocorridas na primeira república, Jardim (2003) pergunta: *Será que em tais reformas não teria sido aventado o ensino musical?*

A autora diz que:

> Pela análise da legislação referente ao ensino musical na primeira República, constatou-se a regulamentação das mudanças e adaptações previstas para o ensino musical relacionadas à sua constituição como disciplina, ou seja, a determinação da carga horária, a permanência nas séries e nos graus, a definição, organização e gradação dos conteúdos, as formas de avaliação [...] (JARDIM, 2003, p. 2).

Dentro do ideal republicano, a educação tem um novo propósito: o de formação e consolidação da nova sociedade brasileira, exposto na reforma Benjamim Constant de 1890 com clara orientação positivista (Decreto No. 981, de 08/11/1890), que instituía pela primeira vez no currículo escolar a disciplina de música, segundo Jardim:

> [...] A música foi instituída como matéria escolar, e incluída pela primeira vez no currículo da Escola Normal de São Paulo, pela reforma de 1890, para garantir a integralidade dos estudos, e como processo de reprodução do pensamento e da expressão dos sentidos. Esse novo conceito de aquisição do conhecimento vinculava-se à necessidade da formação de um novo homem, que a República precisava e tencionava criar para restabelecer a sociedade, reorganizar o país e recolocar no caminho da modernidade [...] (JARDIM, 2003, p. 3).

Há nesta citação algo implícito sobre a formação do cidadão brasileiro, mas, de acordo com o ideário republicano, "*no caminho da modernidade".* A reforma estabelecia, entre outras tantas matérias consideradas importantes para a formação, o ensino de desenho e da música nos quatro primeiros anos.

Considerando que o ideário republicano se apresentou diferenciado nos diversos Estados da União, pesquisadores, entre eles Jardim (2003) e Saviani (2004) indicam que o Estado de São Paulo foi modelo para a organização escolar brasileira.

Jardim (2003) demonstra que é no estado de São Paulo que as ações relacionadas ao ensino de música na escola serão desenvolvidas por mais tempo. As escolas paulistas permanecem praticamente com o mesmo currículo desde o início da república até o final da década de 1960, com algumas alterações no aspecto metodológico, mas é possível perceber a estabilidade que o ensino paulista teve ao longo das décadas.

Essa estabilidade pode ser explicada pela forma com que o sistema educacional paulista foi organizado, que é confirmada por Saviani (2004):

> De fato, no âmbito dos estados a tentativa mais avançada em direção a um sistema orgânico de educação no início do regime republicano foi aquele que se deu no estado de São Paulo. Ali se procurou preencher requisitos básicos implicados na organização dos serviços educacionais na forma de sistema [...] (SAVIANI, 2004, p. 18).

O ensino de música esteve presente em todos os períodos da educação do Estado de São Paulo como podemos observar no quadro abaixo:

Programas de Ensino Escolas Preliminares, 1892 *	Programas de Ensino Escolas Primárias, 1905 **	Programas de Ensino Escolas Primárias, 1925 ***	Programa para o Ensino Primário Fundamental, 1949/1950 ****
Leitura e princípios de gramática	Leitura Linguagem Caligrafia	Leitura Caligrafia Linguagem (oral e escrita)	Leitura Linguagem Oral Linguagem Escrita (Gramática Aplicada)
Escrita e caligrafia			
Contar, calcular sobre números inteiros e frações	Aritmética	Aritmética	Aritmética e Geometria
Geometria prática (taquimetria) com as noções necessárias para suas aplicações à medição de superfícies e volumes	Geometria	Geometria (formas nos 1º e 2º anos)	
Sistema métrico decimal			
Desenho à mão livre	Desenho	Desenho	Desenho
Moral prática	Instrução moral e cívica	Instrução Moral e Cívica	Educação Moral, Social e Cívica
Educação cívica			
Noções de geografia geral	Geografia (cosmografia no 3º ano)	Geografia	Geografia
Cosmografia			
Geografia do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo			
Noções de ciências físicas, químicas e naturais, nas suas mais simples aplicações, especialmente à higiene	Ciências físicas e naturais — Higiene	Ciências Físicas e Naturais (Lições de Cousas no 1º e 2º anos)	Ciências naturais — Higiene
História do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens da história	História do Brasil	História	História do Brasil
Leitura de música e canto	Música	Música	Canto
	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica
Exercícios ginásticos, manuais e militares, apropriados à idade e ao sexo	Ginástica e exercícios militares	Ginástica	Educação Física
			Educação Sanitária

Figura 1 - Programa das escolas primárias do Estado de São Paulo.
Fonte: Souza (2008, p. 51).

Nos anos 1920, duas práticas se tornaram atividades obrigatórias nas escolas primárias paulistas: o escotismo, um movimento educacional mundial fundado pelo general inglês Baden Powell no começo do século XX, e que tem uma proposta de desenvolvimento dos jovens baseada em valores humanitários, na cooperação e no trabalho em equipe, e o orfeão infantil, prática de canto coletivo que visava não só a formação de uma consciência musical, mas também como um fator de civismo e disciplina social (VILLA-LOBOS, 1991, p. 11). O canto orfeônico se tornou um meio de desenvolver nas crianças um gosto artístico e interesse pela música nacional, trabalho em grupo, cooperação e solidariedade.

Segundo Loureiro (2003), até Villa-Lobos, ensino de música nas escolas tinha feição conservatorial, de modelo europeu. A prática do canto orfeônico, trouxe uma nova concepção de ensino de música tanto para as crianças como para as grandes massas.

Durante a revolução de 1930, com Getúlio Vargas no poder, é realizado, na verdade, um novo caminho a ser seguido pelo Brasil, orientado pelo grande capital internacional. É um período que se caracteriza pela consolidação dos ideais liberais e, ao mesmo tempo, de redefinição da educação secundária no Brasil (SOUZA, 2008) que passa por duas reformas: Reforma Francisco Campos (1931) e Reforma Capanema (1942). Estas duas reformas consolidam a estrutura educacional brasileira num projeto de formação cultural da juventude. Neste sentido, as instituições de ensino também passam por um processo de re-ordenação, segundo Silva:

> O re-ordenamento vivido pela sociedade brasileira no início dos anos 30 objetivava colocar o país em sintonia com as transformações em curso no mundo capitalista, articuladas ao movimento racionalizador que impôs um novo perfil a esse sistema. (SILVA, 1999, p. 13).

A reforma Francisco Campos (1931), na verdade, foi uma série de seis decretos que estabeleciam a ação do Estado no sistema nacional de educação, uma forma de racionalizar e uniformizar o ensino público brasileiro. Até então, segundo Romanelli (2008), não havia organização do ensino secundário no Brasil, as reformas anteriores limitavam-se quase que exclusivamente ao Distrito Federal. Essa Reforma atingiu profundamente a estrutura do ensino e mais importante, segundo a autora, todo o território nacional.

Decreto No. 19.850	11 de abril de 1931	Cria o Conselho Nacional de Educação
Decreto No. 19.851	11 de abril de 1931	Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil
Decreto No. 19.852	11 de abril de 1931	Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de janeiro
Decreto No. 19.890	18 de abril de 1931	Dispõe sobre a organização do ensino secundário
Decreto No. 20.158	30 de junho de 1931	Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e da outras providencias.
Decreto No. 21.241	14 de abril de 1932	Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário

Quadro 1 - Decretos da Reforma Francisco Campos.
Fonte: Romanelli (2008, p. 131).

Esta reforma continuou sem tocar no tema da dualidade que permeava o ensino público desde os primeiros anos da república e tinha uma destinação social explícita: Uma educação para as elites e outra para as classes populares (SOUZA, 2008, p. 153), pois só se tinha acesso ao curso superior por meio do curso secundário, enquanto os demais, de caráter técnico-profissional, conduziam os alunos aos cursos profissionais específicos.

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	Total
Português	4	4	3	3	–	14
Francês	3	3	2	1		9
Inglês	3	3	2	1		9
Alemão (facultativo)	3	3	2	1		9
Latim	–	–	–	3	3	6
História da Civilização	2	2	2	2	2	10
Geografia	3	2	2	2	2	11
Matemática	3	3	3	3	3	15
Ciências Físicas e Naturais	2	2	–	–	–	4
Física	–	–	2	2	2	6
Química	–	–	2	2	2	6
História Natural	–	–	2	2	3	7
Música (Canto Orfeônico)	2	2	1	–	–	5
Desenho	3	3	2	2	2	12

Figura 2 - Número de aulas semanais no curso secundário fundamental pela reforma de 1931.
Fonte: Peixoto (p. 103), apud Souza (2008, p. 153).

É nesse período que o Canto Orfeônico ganha *status* de disciplina e se consolida no programa oficial do ensino secundário como um instrumento da política cultural e da construção da nacionalidade, e dentro desse contexto da revolução de 1930 a educação musical ganha importância política, segundo Loureiro:

> O clima de nacionalismo dominante no país, a partir da revolução de 30, fez com que o ensino de música, em virtude de seu potencial formador, dentro de um processo de controle e persuasão social, crescesse em importância nas escolas, passando a ser considerado um dos principais veículos de exaltação da nacionalidade, o que veio a determinar sua difusão em todo país. (LOUREIRO, 2003, p. 55).

É nesse período também que tem inicio um plano de desenvolvimento da educação musical no Brasil com a criação em 1932 da S.E.M.A. – Superintendência de Educação Musical e Artística dirigida pelo músico e maestro Villa Lobos[3] de 1932 a 1941. É durante o período getulista que a educação musical ganha maior importância e chega ao ápice de sua história.

Em 18/04/1932 o decreto N° 18.890, que tratava sobre reforma no ensino nas escolas primárias e nas de ensino secundário e profissional, tornou obrigatório o ensino de canto orfeônico das escolas do distrito federal e em 1933 o canto orfeônico chega aos estados da federação, conforme escreveu o próprio Villa Lobos:

> Aos interventores e diretores de instrução de todos os Estados brasileiros foi enviado em 1933 um apelo no sentido de que se interessassem pela propagação do ensino da música nas escolas e pela organização de orfeões escolares, apresentando-se ao mesmo tempo a exposição das necessidades e vantagens que poderiam advir para a unidade nacional, da prática coletiva do canto orfeônico, calcada numa orientação didática uniforme. (VILLA LOBOS, 1946, p. 32).

A segunda reforma ocorrida no período Getulista foi a Reforma Capanema, pelo decreto-lei N° 4.211, de 09 de abril de 1942 privilegia mais uma vez a educação para as elites e *que buscava forjar uma juventude comprometida com a construção da nação, destacando o papel primordial a ser desempenhado pelas elites dirigentes nos destinos do país*. (SOUZA, 2008, p.171, 172).

Segundo o próprio Ministro Gustavo Capanema,

> É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, os homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo [...] (Cf. Brasil, 1952, p. 23 apud SOUZA, 2008, p. 172).

Esta reforma manteve a dualidade histórica na educação e não difere tanto da reforma Francisco Campos mantendo vários aspectos e fazendo algumas alterações, entre elas, divide o ensino secundário em ginásio e colégio.

---

[3] Heitor Villa Lobos – Nasceu no Rio de Janeiro no dia 5 de março de 1887 e morreu em 17 de novembro de 1959 na mesma cidade. Era filho de um funcionário público que tocava violoncelo nas horas de folga, daí sua influencia para a música. Desponta, durante a semana de 1922, como representante da música no movimento cultural. (IANFELICE, 1974).

Mas o que pode ser percebido é que esta reforma mantém o ensino de canto orfeônico na escola pública, com uma aula semanal a menos, mas agora, em todas as séries do curso ginasial. Por essa reforma de 1942 o programa do ginásio passa a ter as seguintes disciplinas:

Disciplinas	Séries (Curso Ginasial)			
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
I – Línguas				
1. Português	4	3	3	3
2. Latim	2	2	2	2
3. Francês	3	2	2	2
4. Inglês	–	3	3	3
II – Ciências				
5. Matemática	3	3	3	3
6. Ciências Naturais	–	–	3	3
7. História Geral	2	2	–	–
8. História do Brasil	–	–	2	2
9. Geografia Geral	2	2	–	–
10. Geografia do Brasil	–	–	2	2
III – Artes				
11. Trabalhos Manuais	2	2	–	–
12. Desenho	2	2	1	1
13. Canto Orfeônico	1	1	1	1
IV – Educação Física	2	2	2	2

Figura 3 - Distribuição das aulas no curso ginasial, segundo a reforma Capanema de 1942.
Fonte: Brasil (1952, p. 507) apud Souza (2008, p. 176).

Em 03 de novembro de 1942, em conseqüência do que fica conhecido como movimento nacional de musicalização nas escolas do país, através do canto, é criado pelo decreto-lei Nº 4.993 o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico[4] no Rio de Janeiro, reforçando a importância da música e da formação de professores (LOUREIRO, 2003, p. 60).

Mas esta não seria a primeira vez que o ensino musical esteve presente na política educacional brasileira. Como vimos antes, a música esteve presente no currículo da escola desde a primeira república, uma vez que, segundo Jardim (2008), freqüentemente se pensa que a educação musical se iniciou no governo Vargas, quando na verdade, ela sempre esteve presente.

[4] O Conservatório Nacional de Canto Orfeônico era subordinado diretamente ao Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, com objetivo principal de formação de professores de música para as escolas primárias e secundárias. (LOUREIRO, 2003, p. 60).

Ela explica essa afirmação assim:

> Existe uma memória relacionada à Educação Musical no Brasil, segundo a qual a organização do ensino da música na educação pública se deu a partir de 1930 [...] Reforçam esta memória os estudos acadêmicos que privilegiam este período [...] Esta preferência dá-se pela grande visibilidade dada à música e a Educação Musical, no período Vargas que, para engrandecer seus feitos, nega as conquistas da primeira república. No caso do ensino musical, a memória simplesmente as silencia. (JARDIM, 2003, p. 1).

Complementa a autora:

> Em toda esta produção é evidente o interesse pelo estudo de música na era Vargas (a partir de 1930), por ser este um momento em que a Educação Musical teve grande visibilidade e assumiu caráter estratégico na política educacional do período. (Idem).

O ensino de música na escola pública ganha, sim, neste contexto, uma importância política e social quando o regime getulista se utiliza do grande potencial que a música exerce sobre as pessoas, principalmente sobre as crianças, para justificar a grandeza e as mudanças realizadas pelo governo, mudanças essas que direcionam a economia brasileira de acordo com as pretensões do capital internacional.

Com o fim do Estado Novo em 1945, este movimento que tinha um caráter nacionalista e cívico gradualmente vai perdendo força, diminui a prática do canto nas escolas públicas e por conseqüência, a educação musical passa a ser questionada.

Segundo Loureiro:

> O país se democratizava e para isso era necessário eliminar tudo aquilo que pudesse ser associado ao regime autoritário. Nesse processo, embora o canto orfeônico continuasse presente como disciplina, no currículo das escolas, ele já não possuía a mesma importância. (LOUREIRO, 2003, p. 63).

Mesmo com o fim da era Vargas, o ensino de música não foi completamente abandonado, ele perdeu um pouco do significado nacionalista embutido na política educacional do Estado Novo, mas representa uma continuidade daquele ideário, uma vez que o Decreto-Lei 9.494/46 de 22 de Julho de 1946, a Lei

Orgânica do Ensino de Canto Orfeônico, foi produzido na vigência do Estado Novo, como pode ser observado pelas finalidades expressas no capítulo 1º:

CAPÍTULO I
Da finalidade do ensino de canto orfeônico.

Art. 1º O ensino de canto orfeônico terá por finalidade:

I. Formar professores de canto orfeônico;

II. Proporcionar aos estudiosos os meios de aquisição de cultura musical, especializada de canto orfeônico;

III. Incentivar a mentalidade cívico-musical dos educadores.

Percebemos, pelo texto do Art. 1º, que há uma preocupação do Estado com a formação de professores de canto orfeônico porque a disciplina continuaria no currículo da escola pública secundária até meados de 1961. A reforma Capanema perdurou por duas décadas e foi determinante para a estruturação do ensino secundário no Brasil.

Os anos seguintes no Brasil foram de grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Nos anos 1950 se concretizam as idéias de modernização da sociedade urbano-industrial, consolidação democrática e da sociedade de massas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é aprovada em 1961, mas não alterava muito as determinações já estabelecidas pela reforma Capanema de 1942 em termos de organização escolar.

Os anos 1960 foram de total efervescência social e política, agitado e com um aumento expressivo dos movimentos sociais urbanos e no campo. O país clamava por mudanças estruturais na política e na economia. Se por um lado os trabalhadores começam a se organizar politicamente, por outro uma camada da elite nacional conservadora permanece em defesa dos ideais liberais. Em 1961 a LDB – Lei 4.024/61, depois de 13 anos tramitando no congresso nacional, foi aprovada.

O canto orfeônico foi duramente questionado quanto sua importância para a formação do cidadão (SOUZA, 2008, p. 221), tanto que quiseram transformá-lo em prática educativa, sem nota e sem freqüência obrigatória. Manteve-se a divisão do ensino secundário em ginasial e colegial e em função do princípio da flexibilização presente na LDB/61 ocorre a transformação do currículo em matérias

obrigatórias e optativas. No quadro das disciplinas optativas para o ensino secundário, a disciplina de música fica relacionada como matéria optativa no curso ginasial e as aulas ficavam sujeitas à escola e aos estabelecimentos de ensino, o que alterava significativamente as relações de trabalho do professor (desemprego e diminuição de salários).

A movimentação do início dos anos 1960 é interrompida pelo golpe militar de 1964, que junto com um pacote de medidas políticas e econômicas, promove no campo da educação, uma nova reforma educacional, e que asseguraram a instalação e a permanência do capital internacional no Brasil. A lei 5.692/71 causou um grande impacto na organização didático-pedagógica e no funcionamento das escolas brasileiras. Ela garantiu de certa maneira, o direito de todos à educação, mas, não garantiu a todas as camadas sociais, a apropriação do conhecimento (SOUZA, 2008, p. 266).

O canto orfeônico foi integrado à disciplina de educação artística. Substituiu-se o ensino de música em detrimento do desenvolvimentismo, característica importante da política econômica dos governos militares.

Segundo Borges:

> A lei promulgada pelo governo militar, lei 5.692/71 assume caráter tecnicista [...] O ensino polivalente das artes afasta a prática musical das escolas, principalmente das escolas públicas. É o posto em marcha um processo de sucateamento dos serviços do Estado (inclui a educação) em função do investimento em infra-estrutura feito nesse período com vistas a promover o chamado “milagre econômico”. (BORGES, 2007, p. 7).

A reforma educacional sob a lei 5.692/71 imposta pelo governo militar a partir dos anos 1970 que fixou o ensino em 1º grau em oito anos e o de 2º grau em três anos foi implacável para a educação musical. Ela eliminou as poucas aulas de música que ainda havia na escola pública. [5]

[5] Considerando que a reordenação dos conteúdos e disciplinas escolares é determinada não só pelo aparato legal, mas também pelas condições escolares, professores e espaços, há registro de que o ensino de música na escola tenha ultrapassado 1971. De fato acredito que isso tenha acontecido aos poucos, no decorrer da década de 70, pois em 1978, eu ainda tive aulas de música na escola pública municipal que freqüentava, no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Acredito que à medida que os professores de música, que já eram contratados, foram deixando suas atividades de ensino, essas aulas foram diminuindo até sua total extinção.

No caso de Londrina, ocorreu o mesmo movimento, pois as informações coletadas nos depoimentos das professoras de música entrevistadas para esta pesquisa, deixam claro que mesmo com as mudanças na legislação educacional, em suas atividades didáticas, o ensino de música nunca deixou de ser privilegiado, como será apresentado.

CAPÍTULO 2

LONDRINA E SUAS PRIMEIRAS ESCOLAS

A história do município de Londrina ainda é muito recente, assim como a história da educação escolar e das suas instituições de ensino. No começo do século XX grandes interesses econômicos visavam à região norte do estado do Paraná como um novo pólo agrícola e talvez, por esse motivo, não encontremos muitas referências que contemplem, neste primeiro momento da formação da cidade, as suas instituições de ensino, mesmo porque a atividade de educar estava muito distante da realidade daqueles primeiros anos, logo não existia interesse em se registrar ou mesmo exercer a profissão de magistério. Este empreendimento mercantilista com capital nacional e internacional coadunava interesses tanto do governo do Estado quanto da CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da *Paraná Pantations Syndicate* com sede em Londres organizadora do projeto de colonização.

Entre 1925 e 1927 foi comprada do governo do Estado pela CTNP[6] uma área de 515.000 alqueires de terras localizadas entre os rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema que foram transformados em lotes e postos à venda.

Em 21 de agosto de 1929, data da chegada da primeira caravana organizada pela CTNP, formada por George Craig Smith[7] – chefe da expedição – funcionário de confiança da CTNP, para tomar posse e iniciar a demarcação das terras.

A criação do município só ocorreu oficialmente em 03 de dezembro de 1934 pelo decreto No. 2.519 e a instalação no dia 10 no mesmo mês, desmembrando-se politicamente de Jatahy (atualmente município de Jataizinho).

---

[6] A Companhia de Terras Norte do Paraná foi fundada oficialmente em 24 de setembro de 1925. Seu primeiro presidente foi o Dr. Antonio de Moraes Barros, substituído em 1926 por João Sampaio, advogado, que ficou na presidência até 1944.

[7] George Craig Smith (1909 – 1992) é um dos principais nomes da história de Londrina. Nasceu em São Paulo, capital. Filho de descendentes de ingleses; freqüentou a Clayesmore School em Winchester, Inglaterra. É contratado pela Brazil Plantatios Syndicate em 1925, chega à Londrina em 1929. Lutou na revolução constitucionalista de 1932. Volta à Londrina depois de solto e em 1937 se desliga definitivamente da Companhia de Terras.

Foto 1 - Vista parcial de Londrina em 1929.
Fonte: Boni (2004, p. 47).

Foto 2 - Vista parcial da cidade de Londrina no início dos anos 30.
Fonte: Boni (2004, p. 73).

A intensa propaganda feita pela companhia, num primeiro momento, era para atrair os possíveis compradores para os lotes e trouxe para a cidade gente de varias etnias e também migrantes de vários estados brasileiros atraídos pela idéia de progresso e de prosperidade, como comenta Nogueira:

> A intensa divulgação feita pela Companhia de Terras Norte do Paraná, empreendedora da colonização, foi para quatro cantos do país e como se comprova teve bom resultado. Cartazes espalhados pelos trens e estações de estradas de ferro, anúncios eram publicados em jornais e mesmo um filme de propaganda era exibido até no minúsculo cinema da vila de Terra Roxa/SP. (NOGUEIRA, 2004, p. 59).

Essa intensa propaganda é confirmada por Steca; Flôres, principalmente no exterior, visando atrair investidores estrangeiros para o empreendimento:

> A companhia investia em propaganda no exterior para atrair pessoas interessadas em vir para uma região nova, que oferecia grandes oportunidades de enriquecimento [...] A propaganda feita no exterior não foi por acaso, mas porque o imigrante teria mais recursos para adquirir terras da companhia [...] Logo, favorecendo os interesses da companhia e de seus investidores. (STECA; FLÔRES, 2002, p. 43).

Num segundo momento, já garantidos a implantação do seu plano racional de colonização e o monopólio político no município de Londrina, que garantiram consequentemente o controle sobre a organização espacial rural e urbana da cidade, e ainda dentro dessa idéia do Eldorado, os objetivos da CTNP são nesta fase o de garantir a mão-de-obra barata para a lavoura, ou seja, atraindo, mas limitando o acesso ao crédito e às terras por pequenos agricultores.

Após a emancipação do município, fora nomeado prefeito pelo interventor do Estado, Sr. Manoel Ribas, tomando posse em 10 de dezembro de 1934, o Sr. Joaquim Vicente de Castro. O segundo prefeito, o Sr. Rosalino Fernandes, também nomeado ficou no cargo por 186 dias. Somente nas eleições diretas em 12 de setembro de 1935 que fora eleito o Sr. Willie Davids[8], terceiro prefeito e o primeiro eleito diretamente e que também fora diretor da CTNP desde 1932. Esse representava, agora legitimamente, os interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná.

---

[8] Willie da Fonseca Brabazon Davids (1883-1944), nascido em Campinas/SP, formado em Engenharia na Inglaterra. Foi Prefeito de Jacarezinho/PR em 1914, foi deputado estadual por dois mandatos e chega a Londrina em 1932, como Diretor técnico da CTNP. Foi o primeiro prefeito eleito de Londrina em 1935.

Existia um distanciamento político e econômico da capital do estado que se reflete também na esfera cultural, pois podemos perceber a grande influência que o Estado de São Paulo exerce sobre a região norte do Paraná desde os anos 30 com a ligação econômica feita pela estrada de ferro Sorocabana que ligava o porto de Santos a cidade de Ourinhos, e a partir daí até Cambará e posteriormente, até Londrina e demais cidades da região.

2.1. As Primeiras Instituições de Ensino de Londrina

Nesse contexto surgem as instituições de ensino em Londrina. Dentro de uma perspectiva liberal, algumas com forte influência religiosa e baseada nos objetivos da CTNP, a educação em Londrina também será direcionada para os interesses da sociedade londrinense. Embora a CTNP não se apresente como uma entidade protestante, segundo Cernev (1997), muitas ações são caracterizáveis como tipicamente liberais e profundamente influenciadas pela ética, deixando como herança para a cidade uma nova mentalidade.

Oficialmente a primeira escola de Londrina foi instalada em 1934, quando o professor Remy Duszczak, recém formado no curso normal em Curitiba, foi nomeado pelo Diretor Geral de Ensino da época, o Sr. João Rodrigues, para exercer suas funções de magistério na região Norte do Paraná. Em 10 de dezembro de 1972, ele descreve num depoimento como foi sua chegada a Londrina:

> Eu cheguei aqui dia 16 de outubro de 1933, me dirigi ao escritório da companhia para falar com o Sr. Willie Davids, para ver se me arrumava uma sala para poder instalar a primeira escola. Ele prontamente me atendeu e forneceu uma sala gratuitamente onde está hoje o edifício Julio Fuganti [...] Eu permaneci aqui até o final de novembro, quando entrei de férias. No período de férias o governo no Estado mandou o material necessário para a instalação da escola. Quando voltei em fevereiro, já iniciei as matrículas e iniciei as aulas. (CERNEV, 1997, p. 129).

Outras escolas foram surgindo em Londrina neste período, algumas delas eram erguidas dentro das colônias de imigrantes que se formavam, com seus próprios recursos, outras, na medida em que a cidade crescia, por iniciativas particulares, como a primeira escola do bairro Lindóia e outra da Sra. Virgínia Barduco, inconformada com a falta de escolas, começa a ensinar crianças em sua própria casa, outras ligadas a igrejas como o Instituto Mãe de Deus, fundado pela Comunidade das Irmãs de Maria de Schoenstatt do Apostolado Católico, em 1936 (LAWAND, 2002, p. 21) e o Instituto Filadélfia fundado pelo pastor presbiteriano Zaqueu de Melo em 1944.

A comunidade londrinense tinha preocupação com a educação de seus filhos. Nesse sistema de ocupação da região norte do Paraná pela CTNP, conferiu-se aos patrimônios a função de ligar o meio rural ao meio urbano central; entre eles destacaremos o patrimônio Heimtal[9], ocupado inicialmente por imigrantes alemães, e que tem grande importância para a história da educação em Londrina, onde foi inaugurada em 1931, ou seja, três anos antes da emancipação do município de Londrina (1934), a primeira escola "municipal", chamada escola dos alemães.

> Uma das primeiras iniciativas dos imigrantes foi a construção de uma escola com a intenção de proporcionar o ensino às crianças e, também, um espaço de sociabilidade para jovens e adultos [...] Foi construída pelos próprios moradores em um terreno doado pela CTNP [...] (IPAC, 1993, p. 21).

Havia a preocupação com a educação das crianças e com a preservação das tradições e dos costumes dos imigrantes alemães.

> A inauguração oficial da "Escola Alemã" aconteceu no dia 26 de julho de 1931, com a presença de representantes da CTNP e da população local, que festejou com apresentação de peças teatrais, desfiles em trajes típicos e outras manifestações cívicas da cultura alemã (IPAC – 1993, p. 21).

[9] O patrimônio Heimtal localizado a 8 Km ao norte da cidade foi o primeiro núcleo rural formado em terras da CTNP, recebeu cerca de 120 famílias e foi a primeira colônia de imigrantes alemães, tem no nome de João Carlos Strass seu principal idealizador.

Foto 3 - Escola alemã do Heimtal.
Fonte: IPAC (1993).

A escola alemã teve um papel importante para o desenvolvimento das atividades educativas no município de Londrina.

> A escola alemã representou o espaço do qual a população do Heimtal se organizava sócio-culturalmente [...] Além de uma biblioteca, eram realizados no mesmo espaço, cultos luteranos, as missas católicas, as festas e os bailes ao som de valsas e polkas executadas pela banda dos jovens alemães. (IPAC – 1993, p. 24).

"Ao som de valsas e polkas executadas pela banda dos jovens alemães". O objeto de pesquisa é o ensino de música em Londrina, neste sentido, esta frase não nos remete a pensar sobre as possíveis primeiras aulas de música num espaço escolar em Londrina?

2.2. O Colégio Mãe de Deus

O Instituto Mãe de Deus iniciou suas atividades de ensino em 1936, mas sua história começa com a vinda das missionárias alemãs ao Brasil em 1935 e que traziam na bagagem uma proposta pedagógica chamada a "pedagogia do Ideal", fundamentada no trabalho do padre José Kentenich. As famílias londrinenses enxergavam nesta nova proposta uma maneira de dar melhores condições de estudo para os filhos, segundo Boni (2004):

> A sociedade londrinense reivindicava uma alternativa educacional para seus filhos, diferenciada, mais abrangente [...] Com diversidade de atividades acadêmicas, artísticas manuais e religiosas, experiência européia de educação supervisionada com a disciplina e o rigor das religiosas. (BONI, 2004, p. 202).

No dia 3 de março de 1936 foi criado oficialmente o Instituto Mãe de Deus e no dia 6 começa a funcionar com 76 alunos matriculados. A cidade crescia rapidamente e a demanda de vagas no instituto também e, necessitando aumentar o espaço para os alunos, em 1937, a CTNP doa a Mitra Diocesana de Jacarezinho um terreno para a construção do novo prédio do Instituto Mãe de Deus, localizado na região central, onde é atualmente, entre as ruas Pará e Goiás e entre as avenidas Rio de Janeiro e São Paulo.

O novo prédio é inaugurado em 17 de julho de 1938 e as aulas nas novas instalações começaram em 25 de julho do mesmo ano.

Mesmo antes da inauguração do conservatório, o Instituto Mãe de Deus já ofertava o ensino de musica em seu currículo.

> Desde 1945, a instituição oferecia Educação Musical em seu currículo. Em 1956 foi criado o Conservatório de Música Mãe de Deus [...] Em 1965 o Conservatório foi transformado em faculdade de Música [...] (BONI, 2004, p. 207).

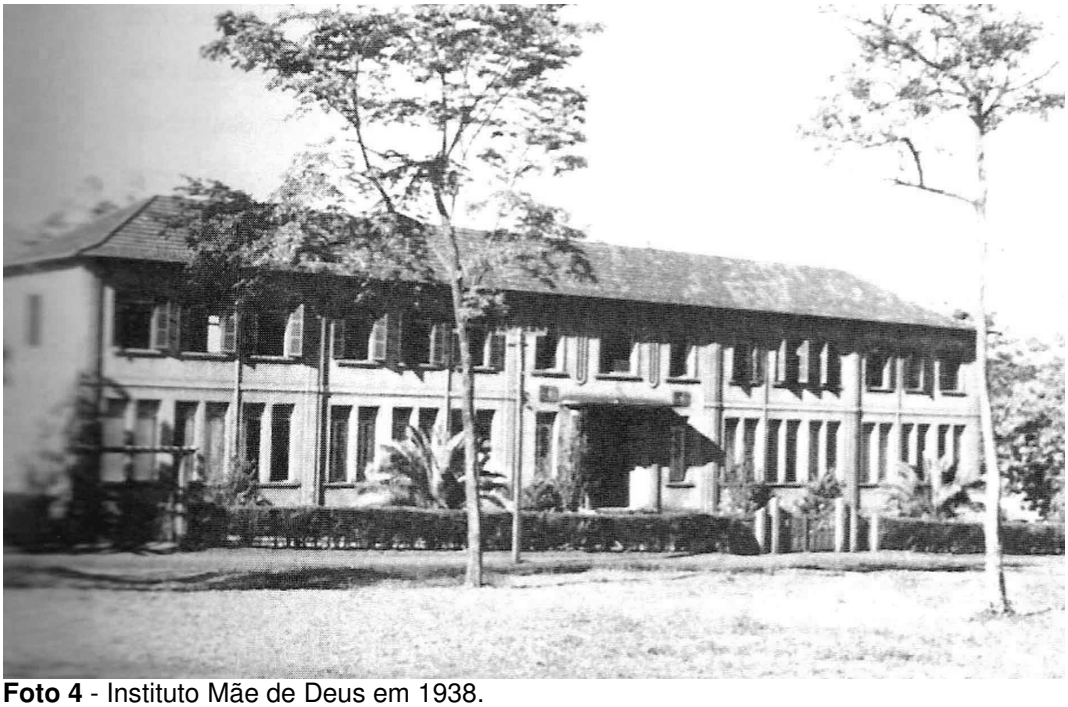


Foto 4 - Instituto Mãe de Deus em 1938.
Fonte: Boni (2004, p. 205).

Nesta pesquisa, foram encontrados alguns históricos escolares nos arquivos inativos do IEEL com pedidos de transferência de alunas que terminaram o curso ginasial no Instituto Mãe de Deus, onde havia a disciplina de música/canto orfeônico na grade curricular desse estabelecimento de ensino.

2.3. O Ginásio Londrinense

No final dos anos 1930, Londrina já contava com algumas iniciativas particulares de ensino, o colégio Mãe de Deus e uma escola pública, o Grupo Escolar de Londrina. Mas a demanda por educação era grande e, percebendo essa grande oportunidade, o médico Dr. Jonas de Faria Castro e o advogado Sr. Rui Ferraz de Carvalho em 1941 inauguram o Ginásio Londrinense. Uma escola particular que foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário em Londrina, pois o Instituto Mãe de Deus só passou a ofertar o ginásio a partir de 1948 e o Grupo Escolar Hugo Simas era unicamente de ensino primário.

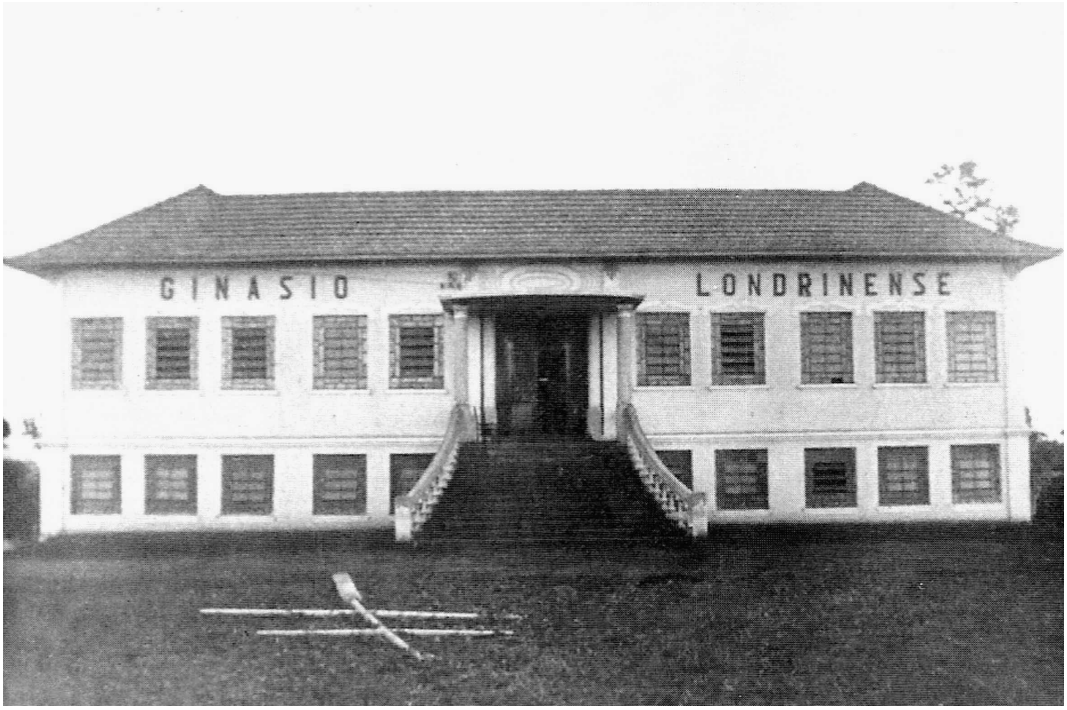


Foto 5 - Fachada do Ginásio Londrinense em 1941.
Fonte: Boni (2004, p. 209).

De acordo com alguns históricos escolares encontrados nos arquivos inativos do IEEL, há pedidos de transferência de alunas que terminaram o curso ginasial do Colégio Londrinense, que demonstra a existência da disciplina de música/canto orfeônico na grade curricular desse estabelecimento de ensino.

2.4. O IEEL - Instituto Estadual de Educação de Londrina

O curso Normal foi contemplado numa Instituição para formação de professores para escola pública hoje conhecida como IEEL – Instituto Estadual de Educação de Londrina – que teve papel importante na história da educação londrinense. O jornal Paraná Norte[10] era um dos mais importantes veículos de informação da cidade e da região, e noticiou em 04 de fevereiro de 1945: “Inaugurada a Escola de Professores de Londrina”.

[10] O Jornal Paraná Norte foi fundado em 09 de outubro de 1934 pelo jornalista Humberto Puiggari, antes mesmo da criação do município, foi o primeiro jornal semanal e teve como veículo de comunicação, um importante papel para o desenvolvimento da cidade através das propagandas feitas pela CTNP que influenciaram diretamente os rumos políticos e econômicos que Londrina deveria seguir.

Paraná – Norte

L. SANTIAGO
RA JUNIOR

LONDRINA

Redação e oficinas: RUA MINAS GERAIS, 907
Caixa Postal, 40 — — Estado do Paraná

LONDRINA, Domingo, 4 de Fevereiro de 1945 | NUMERO 557

MENAGENS PRESTADAS AO SR.
ventor MANOEL RIBAS

do, por motivo da passa-
de seu governo, o exmo.
entor federal no Estado
nagens.
representativos compare-
meisco testemunhando ao
naense seu regozijo pelo

Inaugurada a Escola de Professores

Dia 1, foi inaugurada a Escola de Professores de Londrina recentemente criada por decreto do sr. interventor Manoel Ribas.

A solenidade contou com a presença do sr. dr. Antenor Pamphilo dos Santos, diretor geral de Educação do Estado.

Precisamente ás 10 horas desse dia sob a presidencia do sr. cap. Aquiles Pimpão, prefeito municipal, representantes da imprensa local e demais pessoas gradas, o sr. diretor geral da Educação deu por inaugurada a Escola, pronunciando o discurso que vamos transcrever em primeira mão.

Discurso do dr. Antenor P. Santos

RUI BARBOSA, personalidade inconfundivel de jurisconsulto, foi grande tambem no apostolado da grande causa da educação. Sua exata compreensão de uma politica educacional condizente com os vários aspectos da vida nacional é, então sobejamente definida quando em 1822 exteriorisa na Câmara suas idéias sobre a projetada "reforma do ensino primário e varias instituições complementares da instrução publica".

Decorrido meio século e muitos capítulos daquele memoravel trabalho parecem escritos para o atual momento.

Quando exalta o valor da educação na vida das nações e afirma que «A educação geral do povo, enquanto a nós, é exatamente, na mais literal acepção da palavra, o primeiro elemento de ordem, a mais decisiva condição de superioridade militar e a MAIOR DE TODAS AS FORÇAS PRODUTORAS», aponta o unico rumo a seguir na formação de cidadãos que engrandeçam e dignifiquem o Brasil. Esse caminho é o da difusão do ensino e da educação. Realmente, há neste continente uma grande república, os Estados Unidos da América do Norte, cujo desenvolvimento incomparavel deve-se á potencialidade criada pela ampla difusão do ensino que lhe confere uma supremacia digna de ser emulada por todas as nações. Essa supremacia, forjada com força construtiva da instrução e educação de todos os seus filhos e dirigida no verdadeiro sentido democrático de elevação e dignificação do homem, constrasta com a desorientação dos objetivos das falidas idéias totalitárias dos paizes eixistas de mecanisação e escravisação de seres humanos.

A difusão do ensino e educação não se processa por meio de palavras, discursos e ataques de qualquer feitio aos dirigentes das cousas públicas. Mais uma vez RUI, estudando, arguindo, doutrinando e sugerindo, dá uma lição aos que assim pensam. Sugestões exequiveis, calcadas em estudos e observações das necessidades do povo e de suas possibilidades economicas presentes e futuras, são indispensaveis para a estruturação dos planos de ação e de seu financiamento, na fase executiva.

Este momento, quando se abrem as portas da Escola de Professores de Londrina á mocidade, assinala exatamente o inicio de uma das partes do programa que o Governo Estadual traçou para esta fecunda região do Paraná dentro do plano geral de educação pública que vem realizando.

Si a visão segura das necessidades públicas atuais levou o Interventor Manoel Ribas a rasgar no interior paranaense uma grande estrada de rodagem de quasi 500 quilômetros ligando Curitiba a Londrina, além das demais rodovias que intercomunicam os municipios do norte, não é

Figura 4 - Artigo sobre a Inauguração da Escola de Professores de Londrina.
Fonte: Jornal Paraná Norte - Nº 557 – 05/02/1945 - Museu Histórico Padre Carlos Weiss

A Escola de Professores foi criada pelo decreto No. 209 de 17 de fevereiro de 1944 e inicialmente instalada em uma das salas do Grupo Escolar Hugo Simas no centro da cidade em 18 de fevereiro do mesmo ano pelo então secretário de educação e cultura, Dr. Antenor Pânfilo dos Santos e pelo então prefeito de Londrina, o Capitão Aquiles Pimpão[11].

Em 01 de fevereiro de 1945, com a presença de ilustres convidados, autoridades municipais, do secretário de educação e cultura Sr. Antenor Pânfilo dos Santos, do prefeito municipal Aquiles Pimpão e do corpo docente foi Inaugurada a

[11] Aquiles Ferreira Pimpão era Tenente da PM do Estado do Paraná quando assumiu a delegacia de Londrina, vindo de Curitiba em meados de 1938, era o homem de confiança do Interventor do Estado para assuntos do "interior". Com fama de durão utilizava métodos truculentos para controle da ordem pública que foram muito questionados.

Escola de Professores de Londrina pelo decreto, No. 206 de 17 de fevereiro de 1944, embrião do IEEL - Instituto Estadual de Educação de Londrina. Instalada em uma sala do Grupo Escolar Hugo Simas, a Escola de Professores de Londrina teve como primeiro diretor o professor Carlos Zeve Coimbra, funcionando com este nome até 1947 quando passa a se chamar Escola Normal Secundária de Londrina. Em 1958 a Escola passa a funcionar no mesmo prédio do atual colégio José de Anchieta na Rua Riachuelo, No. 82, na Vila Higienópolis, com o nome de Escola Normal Secundária Euclides da Cunha. Com a mudança para o endereço atual na Rua Brasil, no centro da cidade, passa a se chamar Instituto de Educação de Londrina em 1963. A escola passa a ter a denominação de Instituto Estadual de Educação de Londrina em 22 de maio de 1969. Em 1972 com a reforma proposta pela lei 5.692/71 o colégio passa a ofertar o ensino ginasial de 1º grau, e em 1976 passa a se chamar Instituto Estadual de Educação de Londrina – ensino Regular e Supletivo de 1º grau e ensino de 2º grau.

Foto 6 - Fachada lateral do IEEL em 1971.
Fonte: Arquivo IEEL

O Instituto Estadual de Educação de Londrina ainda é um dos principais estabelecimentos de ensino público da cidade e teve uma participação importante no desenvolvimento do ensino e na história da educação local.

2.5. O Ginásio Estadual de Londrina

Inaugurado em 1º de abril de 1946, com uma grande solenidade, com ilustres convidados, foi um marco para a educação londrinense, segundo Nogueira:

> Uma das grandes conquistas de Londrina foi a instalação de um ginásio estadual [...] Num dia chuvoso, mas memorável [...] O prédio recém construído chamava a atenção por sua beleza arquitetônica: Uma torre retangular e ostentando um relógio... Internamente havia um bonito auditório com um piano de armário e, o mezanino. (NOGUEIRA, 2004, p. 128).

O Jornal Paraná Norte já trazia no ano anterior anúncios do curso preparatório para o exame de admissão ao ginásio, noticiando na primeira página a inauguração do Ginásio Estadual, divulgando também o quadro de professores que começariam o ano letivo de 1946:

PARANÁ-NORTE 2-8-1945

Declaração

Declaro que perdi as Cauções n.s 1120 e 799, nas importancias respetivas de Cr$ 200,00 e Cr$ 60,00, depositadas na Empresa Eletrica de Londrina S/A, cauções sobre o fornecimento de força e luz da oficina mecanica sita á rua Sergipe, 842, de Luiz Velkey.

Londrina, 31 de Julho de 1945

Ginásio Estadual de Londrina

Exames de Admissão — Curso Preparatorio

O Ginásio Estadual de Londrina, por seu Diretor, tem a máxima satisfação de comunicar á distinta Sociedade Londrinense que, durante o próximo mês de março de 1946, abrirá suas portas á juventude estudantil desta progressista cidade, recebendo alunos de ambos os sexos para a **1.a série ginasial.**

Outrosim, e afim de facilitar aos candidatos, a Direção do referido Educandario tem o prazer de anunciar a todos os interessados que fará funcionar um **Curso Preparatorio** aos exames de Admissão de 1.a época que terão lugar durante a 1.a quinzena de dezembro próximo. Para êsse fim funcionarão turmas diurnas e noturnas para ambos os sexos, a partir do dia 1.º de agôsto proximo.

Os interessados poderão fazer sua inscrição na Secretaria da Escola de Professores (Grupo Escolar «HUGO SIMAS»), das 8 ás 12 horas, diariamente.

Mensalidade Cr$30,00

Carlos Zeva Coimbra
Diretor

Figura 5 - Artigo sobre curso preparatório ao exame de admissão.
Fonte: Jornal Paraná Norte - Nº. 597 – 02/08/1945 - Museu Histórico Padre Carlos Weiss

Dr. Rocha Loures
OLHOS — OUVIDOS — NARIZ E GARGANTA
CONSULTORIO: Av. Rio de Janeiro, 799 - Sobrado
LONDRINA

Paraná — Norte

ANO XII | LONDRINA, 21 de Fevereiro de 1946 | Numero 642

Ginásio Estadual de Londrina

Inaugurará suas atividades no próximo dia 15 de março, fazendo funcionar apenas a 1.ª série, sob o regime de externato.

A direção do Ginásio, muito patriòticamente apoiada pelo Inspetor Federal, sr. Otávio Teles Rudge Máia, fará funcionar a 1.ª série com turmas diurnas e noturnas. Estas, se destinam aos moços que, por se acharem desprovidos de recursos econômicos vêem-se obrigados a trabalhar durante o dia, e que, por isto mesmo, poderão frequentar as aulas noturnas.

É digno de se notar, portanto, que êste é o único Ginásio Estadual, dêste Estado, que manterá turmas noturnas.

Os exames de admissão à 1.ª série ginasial realizada, em 1.ª época, em dezembro p. passado, acusam o seguinte resultado:

Candidatos inscritos — 219
Candidatos aprovados — 154
Candidatos reprovados — 65

Os exames de 2.ª época, que estão sendo realizados, acusam 152 candidatos inscritos.

Portanto, levando em conta ainda as transferências de outros Ginásios para êste, pode-se afirmar que o Ginásio Estadual de Londrina, fazendo apenas funcionar a 1.ª série, inaugurará suas atividades com 300 alunos aproximadamente, cifra esta jamais alcançada por Ginásio algum no Estado, em igualdade de condições. Isto vem provar o espantoso progresso de Londrina.

É O SEGUINTE O CORPO DOCENTE:

Diretor — Prof. Carlos Zeve Coimbra
Português — Prof. Zaqueu de Mello
Latim — Prof. Antonio Martins Correia
Francês — Prof. Carlos Zeve Coimbra
Matemática — Dr. Saulo Ferreira
História Geral — Dr. Edgar Távora
Geografia Geral — Dr. Moacir Martins Camargo
Desenho — Prof. Vitorino Gonçalves Dias
Música — Prof. Otávio Santos
Educação Física — Seção masculina — Prof. Jessé Novais Cortez; Seção femenina — Profª. Carmela Domingas Beviláqua
Trabalhos Manuais — Seção masculina — Prof. Mário Tacahashi; Seção femenina — Profª. Leoni Calderari Távora.

A matrícula para a 1.ª série se realizará de 1 a 10 de março.

Em resumo, podemos prognosticar que, daqui a 3 anos, quando já estiverem funcionando as 4 séries ginasiais, êste Educandário contará uma matrícula de 1.000 alunos, no mínimo.

O aproveitamento do Salto do Apu pela Emprêsa Elétrica de Lon

O texto integral do Decreto N. 20.418, de 17 de Janeiro de 1946, do Govern as condições desse aproveitamento por parte da Emprê

Transfere á Emprêsa Elétrica de Londrina S. A., com séde em São Paulo, a concessão outorgada á firma Stahlke Irmãos pelo Decreto-lei n. 16.313, de 9 de Agosto de 1944

O Presidente da Republica usando da atribuição, que lhe confere o artigo 74, alinea a, da Constituição, e nos têrmos dos arts. 159 e 164, letras b e c, do Código de Águas, decreto n o . . . 24.643, de 10 de julho de 1934 e arts. 6 o e 7.o do Decreto-lei n.o 852, de 11 de novembro de 1938; tendo em vista o requerido pelas firmas Stahlke Irmãos e Emprêsa Elétrica de Londrina S. A. e considerando o interesse, não só das referidas firmas, como do público: Decreta:

Art. 1 o — Fica transferida à Emprêsa Elétrica de Londrina S A. a concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Apucaraninha, situado no rio de igual nome, município de Londrina Estado do Paraná, anteriormente outorgada á firma Stahlke Irmãos pelo decreto número 16.313, de 9 de Agosto de 1944.

§ 1.o — Por portaria do Ministro da Agricultura, na ocasião da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda e a descarga a aproveitar, bem como a potencia concedida.

§ 2.o — O aproveitamento destinar-se à produção, transmissão, distribuição de energia, para serviços publicos, federais, estaduais e municipais, serviços de utilidade publica e comercio de energia na zona da concessionária.

Art. 2.o — Sob pena de caducidade do presente título, a concessionaria obriga-se a:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas dentro de trinta (30) dias após a sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data em que fôr publicada a aprovação da respectiva minuta pelo Ministro da Agricultura.

III — Apresentar o mesmo contrato à Divisão de Aguas, para os fins de registro dentro dos sessenta (60) dias que se seguirem ao registro do mesmo no Tribunal de Contas.

IV — Apresentar em três (3) vias, à referida Divisão de Aguas, dentro do prazo de um (1) ano contado da data da publicação do presente decreto:

a) Estudo hidrológico da região, curva de descarga do rio, obtida mediante medições diretas e correspondente, pelo menos, um ano de observação;

b) planta em escala razoavel do trecho do curso de agua á aproveitar, com indicação dos terrenos marginais inundaveis pelo remanso da barragem;

c) estudo da acumulação e cubação da bacia,

d) perfil geológico do terreno do local em que deverá ser construida a barragem;

e) projeto da barragem, épura, metodo de calculo, justificação do tipo adotado;

f) cálculo e desenhos detalhados, em escalas razoáveis, dos vertedouros, adufas, comportas, tomadas de água, canal de adução e castelo de água.

g) justificação do tipo de conduto forçado adotado; cálculos indispensaveis, planta e perfil com todas as indicações necessarias, em escalas razoáveis,

h) cálculos e desenhos dos pilares, pontes e blocos de ancoragem, indispensaveis ao assentamento dos condutos forçados,

i) calculo do martelo de água e calculo e projeto da chaminé de equilibrio,

j) justificação do tipo adotado de turbina; rendimentos sobre diferentes cargas, em múltiplos de 1/4 ou 1/8 até plena carga; sentido de rotação e rotações por minuto; velocidade caracteristica e velocidade de embalagem ou disparo; reguladores e aparelhos de medição; regulação da velocidade com 25, 50 e 100 por cento de variação de carga; tempo de fechamento; desenho devidamente cotado.

k) [illegible] do canal de fuga, sua capacidade de vasão,

m) justificação do tipo de gerador adotado, sentido de rotação, tensão, frequencia e potencia calculadas com COS O = 0,7, COS O = 0,8 e COS O = 1; regulação da tensão e sua variação, reguladores, queda de tensão de curto circuito, detalhes e caracteristicas fornecidas pelos fabricantes, tipo, potência, tensão rendimento e acoplamento da excitatriz, GD-2 no grupo motor gerador;

n) esquema geral das ligações;

o) para os transformadores, elevadores e abaixadores de tensão, as mesmas exigencias feitas para os geradores,

p) desenhos dos quadros de controle com indicação de todos os aparelhos a serem neles montados,

q) desenhos detalhados (planta e elevação) das celas de baixa e alta tensão com indicação de todos os aparelhos, a serem nelas montados, bem como das entradas e saidas dos condutores e suas ligações ás barras gerais,

r) desenhos indicando a saida da linha de alta tensão de transmissão, para-raios, bobinas de choque e ligações contra supertensões,

s) projeto da linha de transmissão, planta e perfil da linha, cálculo mecanico e el[illegible] da de po[illegible] chegada,

t) pro[illegible] inclusive [illegible] criminaçã[illegible]

u) orç[illegible] um dos i[illegible]

v) Ob[illegible] às prescr[illegible] minadas [illegible] partamen[illegible] neral do [illegible]

Art. 3.[illegible] ciplinar [illegible] pela Divi[illegible] to Nacio[illegible] Ministéri[illegible] à aprova[illegible]

Art. 4[illegible] gorará p[illegible] contados [illegible] pectivo c[illegible]

Art. 5[illegible] gunda, [illegible] concessão [illegible] outrem, [illegible] torização [illegible] gia hidro[illegible]

6 o — [illegible] será o e[illegible] talações [illegible] de sua i[illegible] [illegible] missão e[illegible]

Art. 7. [illegible] energia [illegible] Aguas, [illegible] nalmente [illegible] posto no [illegible] de mane[illegible] nada ao [illegible] ção (item [illegible] tro de li[illegible] lados no[illegible] te conces[illegible]

Art. 8.o [illegible] tegridade [illegible] art. 6.o, [illegible] do um f[illegible] renovaçõ[illegible] ção ou i[illegible]

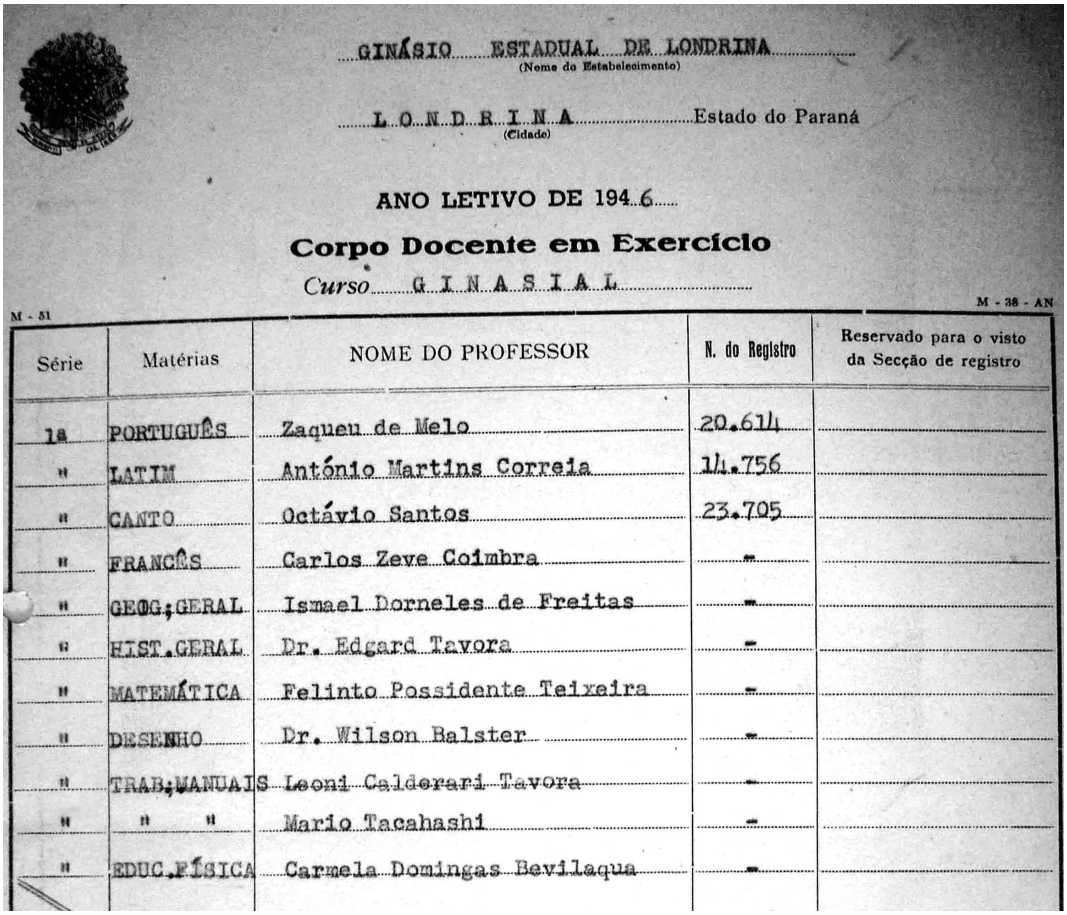
Parágr[illegible] desse fu[illegible] de estab[illegible] tas espe[illegible] rifas, sol[illegible] tas cota[illegible] novação [illegible] podendo [illegible] na época[illegible]

Art. 9[illegible] cessão, [illegible] sionaria [illegible] função e[illegible] dução, [illegible] distribui[illegible] tes ao a[illegible] terá ao [illegible] formidad[illegible] 165 e 1[illegible] ante ind[illegible] torico, d[illegible] duzido d[illegible]

Política & Políticos

Figura 6 - Artigo sobre a Inauguração do Ginásio Estadual.
Fonte: Jornal Paraná Norte - N°. 642 - 21/02/1946 - Museu Padre Carlos Weiss

Nota-se que entre outras disciplinas curriculares obrigatórias do curso ginasial estava a disciplina de Música, ministrada no colégio pelo professor Otávio Santos, citado no depoimento da Sra. Dalva Maurício Schimiti, que foi aluna da primeira turma do Ginásio Estadual.



GINÁSIO ESTADUAL DE LONDRINA
(Nome do Estabelecimento)

LONDRINA Estado do Paraná
(Cidade)

ANO LETIVO DE 1946

Corpo Docente em Exercício

Curso GINASIAL

M - 51 M - 38 - AN

Série	Matérias	NOME DO PROFESSOR	N. do Registro	Reservado para o visto da Secção de registro
1a	PORTUGUÊS	Zaqueu de Melo	20.614	
"	LATIM	António Martins Correia	14.756	
"	CANTO	Octávio Santos	23.705	
"	FRANCÊS	Carlos Zeve Coimbra	-	
"	GEOG.GERAL	Ismael Dorneles de Freitas	-	
"	HIST.GERAL	Dr. Edgard Tavora	-	
"	MATEMÁTICA	Felinto Possidente Teixeira	-	
"	DESENHO	Dr. Wilson Balster	-	
"	TRAB.MANUAIS	Leoni Calderari Tavora	-	
"	" "	Mario Tacahashi	-	
"	EDUC.FÍSICA	Carmela Domingas Bevilaqua	-	

Figura 7 - Quadro com Corpo Docente do Ginásio Estadual em 1946
Fonte: Arquivo Colégio Vicente Rijo

O Sr. Otávio Santos foi primeiro professor de música do Ginásio Estadual, tendo ministrado as aulas até 1950. Segundo a Sra. Dalva Maurício Schimiti, o professor Otávio Santos também tocava em eventos sociais e bailes em Londrina.

Encontramos em um artigo do Jornal Paraná Norte de 1945 uma nota sobre um jovem e talentoso artista, em evento cultural da cidade, promovido pela Sociedade Londrinense de Cultura Artística realizado em 1º de maio de 1945.

Não foi encontrada na documentação escolar mais nenhuma referência sobre sua vida pessoal ou profissional em Londrina.

Ferreira Gomes 1279

Paraná – Norte

LONDRINA

Redação e oficinas: RUA MINAS GERAIS, 907 — Estado do Paraná

RA JUNIOR

LONDRINA, Domingo, 29 de Abril de 1945 | NUMERO 576

MUNICIPAL

É mais facil haver abuso fora da autonomia do que dentro, pois no primeiro caso, é facil de desviar para este ou para aquele outro ponto a responsabilidade de qualquer ato, de qualquer medida.

Os municipios foram sempre a verdadeira força do Estado. E por isso precisam ser livres para agir, livres para crescer.

Os olhos do interior gravitam em torno dos acontecimentos. Aguarda-se com ansiedade o resultado final. Se nas capitais a atenção publica está desperta, pelo interior à fora o povo acompanha tudo com mais vibração. Porque os acontecimentos politi-

Uma oportunidade para a manifestação do nivel cultural DE LONDRINA

Realizar-se-á no proximo dia 1.o de Maio, no salão nobre do Grêmio Literário e Recreativo Londrinense, uma festa lítero-musical. Sob os auspicios da novel Sociedade Londrinense de Cultura Artistíca, esse sarau vem despertando o mais vivo interesse no seio da sociedade local.

Julgamos que oportunidade melhor não haverá para a manifestação do verdadeiro nivel cultural de Londrina. Do bom exito desse festival far-se-á o melhor e mais forte argumento contra os comentarios que, a boca pequena, se tecem em torno do indice da mentalidade da população local.

O professor Zaqueu de Melo, um dos mais genuinos valores da intelectualidade contêmporanea, discorrerá sobre um tema de real interesse: "O desajustamento da personalidade."

O professor Otávio Santos, o jovem artista que tem merecido os mais calorosos e justos aplausos da nossa cidade, terá a seu cargo a segunda parte do programa.

Figura 8 - Artigo sobre apresentação musical com o Prof. Otávio Santos em Londrina.
Fonte: Jornal Paraná Norte - N°. 576 – 29/04/1945 - Museu Histórico Padre Carlos Weis

A inauguração do Ginásio Estadual de Londrina foi um grande acontecimento para a educação londrinense, num momento em que se reivindicavam mais escolas para a população em idade escolar a continuarem seus estudos em uma escola pública.

Construído no local onde funciona atualmente o colégio Marcelino Champagnat, na Rua São Salvador, em 1951 passou a se chamar Colégio Estadual de Londrina e a partir de 1961 muda o nome para Ginásio Estadual Professor Vicente Rijo e para Colégio Estadual Professor Vicente Rijo em 1969 quando mudou para o atual endereço na avenida Juscelino Kubistchek, no centro da cidade.

Paraná - Norte

ANO XII | LONDRINA, 7 de Abril de 1946 | Numero 648

Inaugurado o Ginasio Estadual

Teve lugar, conforme foi anunciado, a solenidade da inauguração do Ginásio Estadual e Escola Normal de Londrina, no dia 1.º de Abril, às 9 horas da manhã.

Àquela hora, estavam presentes todos os alunos inscritos naquele Educandário, assim como representações dos outros Colégios da cidade.

As autoridades estiveram presentes àquele ato.

O sr. Carlos Coimbra — Diretor — às 9,30 horas, deu início à solenidade, pedindo para que o Rev. Padre Eugênio benzesse o pavilhão nacional, findo o qual foi hasteado ao som do hino nacional, cantado pelos presentes.

Logo em seguida o Pastor da Igreja Evangélica, tendo o cuidado de antes ler alguns psalmos da Bíblia, fez um esplêndido discurso sobre o ensino.

Depois todos os presentes se dirigiram à porta da entrada principal, onde o sr. Otávio Rudge Máia — Inspetor do Ensino Federal — fez um belo improviso, ressaltando a significação daquela Casa de Ensino, tendo prestado uma homenagem a todos os que direta ou indiretamente contribuiram para que ela fosse uma realidade.

Em seguida ao corte da fita simbólica, todos os presentes se dirigiram para o salão nobre, onde o sr. Diretor e todo o corpo docente tomaram posse de acôrdo com o ritual.

O dr. Edgar Távora — prof. de História Geral — procedeu a aula inaugural, sendo muito aplaudido, o mesmo acontecendo com

SACOS

TEMOS NOVOS, PARA
EM LONDRINA, A PR
PARA MILHO, FEIJÃO
MAMONA, AM
DISPOMOS TAMBEM
TREGA NESTA
ARAME
A ÓTIMOS
PARA INFORMAÇÕES

Figura 9 - Artigo sobre a Inauguração do Ginásio Estadual.
Fonte: Jornal Paraná Norte N°. 648 – 07/04/1946 - Museu Histórico Padre Carlos Weiss.

Inicia as suas atividades com 198 alunos matriculados no período diurno e 40 no período noturno na 1ª série do curso ginasial, como podemos observar no quadro geral de matricula abaixo:

GINÁSIO ESTADUAL DE LONDRINA

LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

QUADRO GERAL DE MATRICULA

Em 15 de Março de 1946

1º Semestre

1ª Série		1º Ciclo			2º Ciclo						Outros cursos mantidos					
					C.Clássico			C.Cientifico								
		M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.	F.	T
Turno DIURNO	1ª Série	86	112	198												
	2ª Série	-	-	-												
	3ª Série	-	-	-												
	4ª Série	-	-	-												
	TOTAL	86	112	198												
Turno NOTURNO	1ª Série	39	1	40												
	2ª Série	-	-	-												
	3ª Série	-	-	-												
	4ª Série	-	-	-												
	TOTAL	39	1	40												

DIRETOR INSPETOR

Figura 10 - Quadro geral de matrícula de 1946 com o número de alunos matriculados.
Fonte: Arquivo Colégio Prof.Vicente Rijo

A educação secundária se limitava até então ao Ginásio Londrinense e ao Instituto Mãe de Deus que eram particulares, fazendo com que a maioria dos jovens em idade escolar terminasse somente o curso primário. Estima-se que boa parte desses jovens tenha ficado sem cursar o ginásio no período de 1940 até 1946.

Foto 7 - Ginásio Estadual de Londrina inaugurado em 1946.
Fonte: Arquivo pessoal Dalva M. Schimiti

Foto 8 - Colégio Estadual Prof.Vicente Rijo na Av. J.K[12].
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo

[12] Em 1963, o empresário José Garcia Villar doa o terreno onde começa a ser construído o Vicente Rijo. A construção foi feita por blocos e demorou 10 anos para ser concluída. Fonte: http://wikimapia.org/2319662/pt/Col%C3%A9gio-Estadual-Vicente-Rijo.

CAPÍTULO 3

HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE MÚSICA NA ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA DE LONDRINA

No final dos anos 1930 se inicia na cidade um movimento de escolarização da população, com a inauguração do 1º Grupo Escolar em 1937, uma escola pública de ensino primário, com a implantação da escola de formação de professores para a escola primária em 1945, e com a inauguração do ginásio estadual em 1946, garantindo a continuação dos estudos para a maioria dos adolescentes em idade escolar, com ensino ginasial público e gratuito, pois as escolas secundárias existentes até então, o Instituto Mãe de Deus e o Colégio Londrinense, eram particulares.

A pesquisa sobre a história da disciplina de música e/ou canto orfeônico foi feita em duas escolas inauguradas nos anos 1940, a Escola de Professores de Londrina que se tornaria o IEEL – Instituto de Educação Estadual de Londrina (1945) e o Ginásio Estadual de Londrina (1946) que se tornaria o Colégio Estadual Prof. Vicente Rijo, pois estas foram as primeiras escolas públicas de ensino secundário em Londrina.

Mas o que é uma disciplina? Entre vários trabalhos publicados sobre o conceito de disciplina, destacamos Chervel (1990) apud Pessanha; Daniel; Menegazzo (2004):

> A palavra disciplina, tal como se conhece hoje, é uma criação recente. Na França, por exemplo, só é registrada após a 1ª Guerra Mundial, mas guarda a idéia de sua origem: disciplinar, ordenar, controlar. A disciplina escolar seria resultado da passagem dos saberes da sociedade por um “filtro” específico, a tal ponto que, após algum tempo, ela pode não mais guardar relação com o saber de origem. Para ele, a disciplina é o preço que a sociedade paga à cultura para passá-la de uma geração à outra. (CHERVEL, 1990 apud PESSANHA; DANIEL; MENEGAZZO, 2004, p. 58).

Como a análise do processo de introdução e a eliminação da disciplina de música e/ou canto orfeônico não é o objeto desta pesquisa, limito-me a falar principalmente sobre suas características históricas e do conteúdo aplicado nas escolas, deixando esta questão para um próximo estudo.

É bem verdade que o início das atividades da Escola de Professores e do Ginásio Estadual coincide com o ápice da disciplina de canto orfeônico no sistema escolar vigente, o que determina sua inclusão na grade curricular e na organização do ensino nas escolas secundárias de Londrina. Segundo, Pessanha; Daniel; Menegazzo (2004):

> A promulgação de leis, decretos e outros instrumentos legais com o objetivo de organizar a educação no Brasil; a inclusão de algumas disciplinas estratégicas como canto orfeônico e a direção que se procurou dar a outras disciplinas parecem ter sido uma tentativa de ordenação e outra de colocar em prática a inserção da escola no processo de ajustamento dos indivíduos à sociedade, isto é, na direção que o movimento vitorioso em 1930 havia escolhido. (PESSANHA; DANIEL; MENEGAZZO, 2004, p. 60).

Na Escola Normal, o registro da disciplina de música foi encontrado em seus livros-ata de apuração de notas da turma de segunda série do curso normal a partir do ano de 1946, indicando que houve a disciplina de música na grade curricular da escola. Também encontrei em vários históricos escolares, escolhidos aleatoriamente do arquivo inativo da escola, um de cada ano a partir de 1946, a disciplina de música, canto ou canto orfeônico que foram ministradas no curso normal, além de programas de disciplinas a partir do ano de 1953 e livros-ponto de professores com anotações do conteúdo ministrado nas turmas do curso normal do IEEL.

A Escola de Professores iniciou as atividades em 1945, obviamente no ano de 1946 só havia em funcionamento as duas primeiras séries do curso normal, com as seguintes disciplinas:

Metodologia De Ensino	**Pedagogia Experimental**	**Psicologia Infantil**	**Higiene Escolar**
Ed. Física Teoria	**Prática de Ensino**	**Puericultura**	**Educação Doméstica**

Quadro 2 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1946.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 138).

Metodologia de Ensino	**Trabalhos Manuais**	**Agronomia**	**Música**	**Corte e Costura**	**Prática de Ensino**

Quadro 3 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1946.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 139).

Podemos observar que a disciplina de música estava somente na segunda série do curso normal. A partir de 1947 ocorrem mudanças na grade curricular do curso normal que permaneceu praticamente inalterada até 1961, mas a disciplina de música permanece ora como música e canto, ora como canto orfeônico e ora só como canto, mas sempre presente em todas as séries.

Português	**Anatomia e Fisiologia**	**Física e Química**	**Matemática**	**Desenho**	**Música e Canto**

Quadro 4 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1947.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 140).

Metodologia de Ensino	**Biologia**	**Psicologia**	**Música e Canto**	**Higiene**	**Desenho**

Quadro 5 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1947.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p.140).

Metodologia De Ensino	**Prática de Ensino**	**Psicologia**	**Sociologia**
Música e Canto	**Desenho**	**Puericultura**	**História e Filosofia da Educação**

Quadro 6 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1947.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 141).

Português e Literatura	**Anatomia**	**Física e Química**	**Matemática**	**Desenho e Artes**
Educação Física	**Didática**	**Música**	**Est. Paranaenses**	

Quadro 7 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1961.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 142).

Português e Literatura	**Biologia**	**Psicologia**	**Estatística e Matemática**	**Música**	**Higiene**	**Desenho e Artes**

Quadro 8 - Disciplinas da 2ª Série do curso norma em 1961.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 143).

Didática	**Filosofia**	**Psicologia**	**Sociologia**
Música	**Desenho e Artes**	**Puericultura**	**Ed. Física**

Quadro 9 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1961.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 144).

Nos quadros anteriores, a disciplina de música aparece nas três séries do curso Normal de 1947 até 1961. A partir de 1962 não há registro da disciplina de música na 3ª série do curso normal, mas ela permanece na grade de disciplinas da 1ª e da 2ª série, mas sem o registro de notas, com avaliação por conceito, seguindo a determinação da legislação em vigor. A disciplina de música se torna optativa.

De 1962 até 1967 a disciplina aparece apenas na 1ª e na 2ª séries do curso normal. De 1968 a 1970 não há indício da permanência da disciplina de música na grade curricular do IEEL. No relatório final de 1971 é que ela surge novamente, apenas na 1ª série e também no ano seguinte, em 1972. A partir daí ela é retirada novamente, agora definitivamente, do currículo da escola normal secundária pública de Londrina.

Os quadros abaixo sintetizam essas mudanças:

Português	**História**	**Geografia**	**Psicologia**	**Matemática**
Desenho	**Educação Física**	**Didática**	**Canto**	**Ciências**

Quadro 10 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1962.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 145).

Português	**Educação Física**	**Didática**	**História**	**Psicologia**
Matemática	**Canto**	**Ciências**	**Desenho**	

Quadro 11 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1962.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 146).

Didática	**O.S.P.B.**	**Filosofia**	**Português**	**Economia Doméstica**	**Educação Física**

Quadro 12 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1962.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 147).

Português	**Matemática**	**História**	**Geografia**	**Matemática**
Ciências	**Ed. Artística**	**Fund. Da Educação**	**Ed. Física**	**Canto**

Quadro 13 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1967.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 148).

Português	**Educação Física**	**Teoria e Prática De Ensino**	**História**	**Geografia**	**Matemática**
Canto	**Ciências**	**Fundamentos da Educação**	**Ed. Artística**		

Quadro 14 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1967.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 149).

Português	**Teoria e Prática de Ensino**	**Fundamentos da Educação**	**História da Educação**
Educação Artística	**Educação Física**	**Higiene**	

Quadro 15 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1967.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 150).

Em 1971 e 1972 a disciplina de canto surge novamente na grade de disciplinas do curso normal, mas apenas na 1ª série, sendo retirada definitivamente a partir de 1973.

Português	**História**	**Geografia**	**Educação Artística**	**Matemática**	**Educação Moral e Cívica**
Fundamentos	**Canto**	**Ciências**	**Educação Física**	**T. Prática**	

Quadro 16 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1971.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 151).

Português	**T. Prática**	**Geografia**	**História**	**Educação Artística**	**Matemática**
Educação Moral e Cívica	**Fundamentos da Educação**	**Ciências**	**Educação Física**		

Quadro 17 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1971.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 152).

Português	**História da Educação**	**Educação Moral e Cívica**	**Prática Educativa**
Higiene	**Fundamentos Da Educação**	**T. Prática**	

Quadro 18 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1971.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 153).

Português	**História**	**Geografia**	**Educação Artística**	**Matemática**	**T. Prática**
Fundamentos da Educação	**Canto**	**Ciências**	**Educação Física**	**Educação Moral e Cívica**	

Quadro 19 - Disciplinas da 1ª Série do curso normal em 1972.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 154).

Português	**Matemática**	**Geografia**	**História**	**Ciências**
Educação Moral e Cívica	**Fundamentos da Educação**	**Teoria**	**Educação Física**	

Quadro 20 - Disciplinas da 2ª Série do curso normal em 1972.
Fonte: Arquivo IEEL - Anexo B (p. 155).

Português	**História da Educação**	**Educação Moral e Cívica**	**Prática Educativa**
Higiene	**Fundamentos da Educação**	**T. Prática**	**Ed. Física**

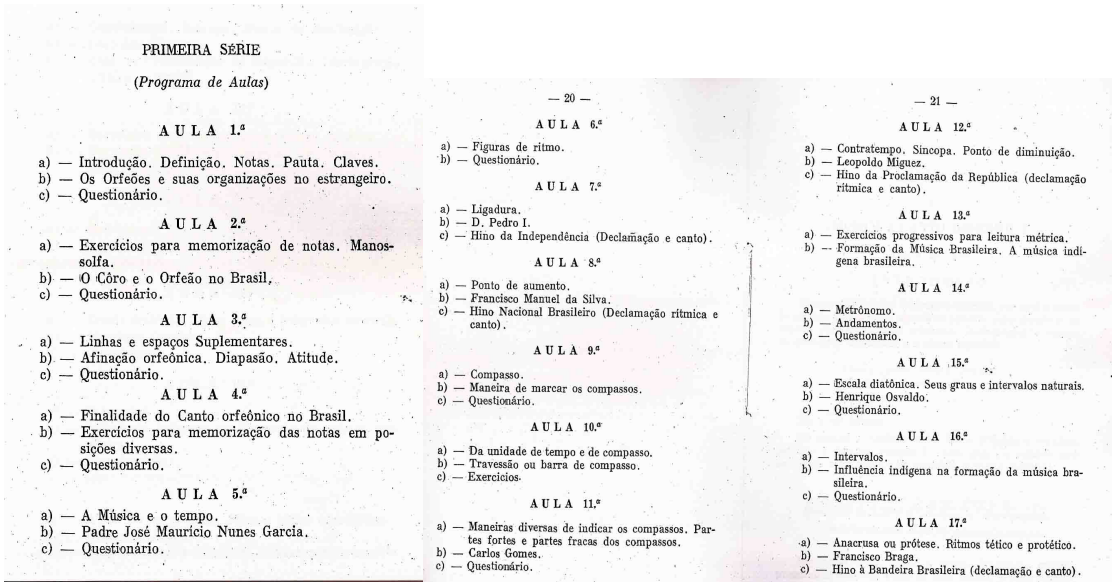
Quadro 21 - Disciplinas da 3ª Série do curso normal em 1972.
Fonte: Arquivo IEEL (Anexo B, p. 156).

Os documentos consultados nos arquivos do IEEL, protocolos de provas parciais, relatórios de provas e livros-ponto mostram o nome do professor, a disciplina ministrada por ele e em alguns destes os conteúdos ministrados nas aulas de música. Tais documentos são indicativos dos professores e dos conteúdos trabalhados nas aulas de música. No quadro abaixo veremos quem eram os professores de música do IEEL de 1951 até 1961.

ANO	PROFESSORES DE MÚSICA
1950	Documentação não encontrada
1951	THEREZA SETUBAL
1952	Documentação não encontrada
1953	JANDIRA SILVEIRA MELLO e DULCE DE FIGUEIREDO E BRUNO
1954	CÂNDIDA MARQUES
1955	CÂNDIDA MARQUES
1956	CÂNDIDA MARQUES
1957	CÂNDIDA MARQUES, MARIA DE LOURDES R. GONÇALVES
1958	MARIA RITA FONSECA PORTUGAL
1959	Documentação não encontrada
1960	ETEL M. NEVES
1961	MARIA DO ROCIO PESSOA e CÂNDIDA MARQUES

Quadro 22 - Professores de música da Escola Normal de Londrina de 1950/1961.
Fonte: Arquivo IEEL

Para comparar o que se ministrava nas escolas londrinenses, encontramos em Lima (1954) o conteúdo sugerido de acordo com o programa oficial da matéria, a ser ministrada pelos professores de música nas séries do curso ginasial e do curso normal, mas neste volume estão somente os conteúdos das duas primeiras séries.



PRIMEIRA SÉRIE

(*Programa de Aulas*)

AULA 1.ª

a) — Introdução. Definição. Notas. Pauta. Claves.
b) — Os Orfeões e suas organizações no estrangeiro.
c) — Questionário.

AULA 2.ª

a) — Exercícios para memorização de notas. Manossolfa.
b) — O Côro e o Orfeão no Brasil.
c) — Questionário.

AULA 3.ª

a) — Linhas e espaços Suplementares.
b) — Afinação orfeônica. Diapasão. Atitude.
c) — Questionário.

AULA 4.ª

a) — Finalidade do Canto orfeônico no Brasil.
b) — Exercícios para memorização das notas em posições diversas.
c) — Questionário.

AULA 5.ª

a) — A Música e o tempo.
b) — Padre José Maurício Nunes Garcia.
c) — Questionário.

— 20 —

AULA 6.ª

a) — Figuras de ritmo.
b) — Questionário.

AULA 7.ª

a) — Ligadura.
b) — D. Pedro I.
c) — Hino da Independência (Declamação e canto).

AULA 8.ª

a) — Ponto de aumento.
b) — Francisco Manuel da Silva.
c) — Hino Nacional Brasileiro (Declamação rítmica e canto).

AULA 9.ª

a) — Compasso.
b) — Maneira de marcar os compassos.
c) — Questionário.

AULA 10.ª

a) — Da unidade de tempo e de compasso.
b) — Travessão ou barra de compasso.
c) — Exercícios.

AULA 11.ª

a) — Maneiras diversas de indicar os compassos. Partes fortes e partes fracas dos compassos.
b) — Carlos Gomes.
c) — Questionário.

— 21 —

AULA 12.ª

a) — Contratempo. Sincopa. Ponto de diminuição.
b) — Leopoldo Miguez.
c) — Hino da Proclamação da República (declamação rítmica e canto).

AULA 13.ª

a) — Exercícios progressivos para leitura métrica.
b) — Formação da Música Brasileira. A música indígena brasileira.

AULA 14.ª

a) — Metrônomo.
b) — Andamentos.
c) — Questionário.

AULA 15.ª

a) — Escala diatônica. Seus graus e intervalos naturais.
b) — Henrique Osvaldo.
c) — Questionário.

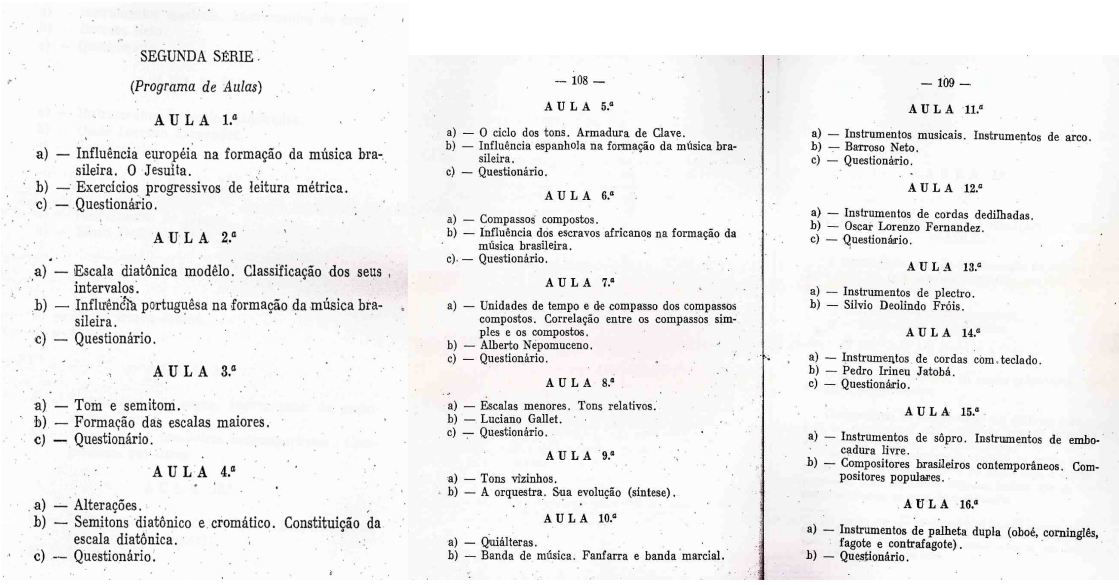
AULA 16.ª

a) — Intervalos.
b) — Influência indígena na formação da música brasileira.
c) — Questionário.

AULA 17.ª

a) — Anacrusa ou prótese. Ritmos tético e protético.
b) — Francisco Braga.
c) — Hino à Bandeira Brasileira (declamação e canto).

Figura 11 - Conteúdos de Música nas aulas da 1ª série do curso secundário.
Fonte: Lima (1954, p. 10 a 12).



SEGUNDA SÉRIE

(*Programa de Aulas*)

AULA 1.ª

a) — Influência européia na formação da música brasileira. O Jesuíta.
b) — Exercícios progressivos de leitura métrica.
c) — Questionário.

AULA 2.ª

a) — Escala diatônica modêlo. Classificação dos seus intervalos.
b) — Influência portuguêsa na formação da música brasileira.
c) — Questionário.

AULA 3.ª

a) — Tom e semitom.
b) — Formação das escalas maiores.
c) — Questionário.

AULA 4.ª

a) — Alterações.
b) — Semitons diatônico e cromático. Constituição da escala diatônica.
c) — Questionário.

— 108 —

AULA 5.ª

a) — O ciclo dos tons. Armadura de Clave.
b) — Influência espanhola na formação da música brasileira.
c) — Questionário.

AULA 6.ª

a) — Compassos compostos.
b) — Influência dos escravos africanos na formação da música brasileira.
c) — Questionário.

AULA 7.ª

a) — Unidades de tempo e de compasso dos compassos compostos. Correlação entre os compassos simples e os compostos.
b) — Alberto Nepomuceno.
c) — Questionário.

AULA 8.ª

a) — Escalas menores. Tons relativos.
b) — Luciano Gallet.
c) — Questionário.

AULA 9.ª

a) — Tons vizinhos.
b) — A orquestra. Sua evolução (síntese).

AULA 10.ª

a) — Quiálteras.
b) — Banda de música. Fanfarra e banda marcial.

— 109 —

AULA 11.ª

a) — Instrumentos musicais. Instrumentos de arco.
b) — Barroso Neto.
c) — Questionário.

AULA 12.ª

a) — Instrumentos de cordas dedilhadas.
b) — Oscar Lorenzo Fernandez.
c) — Questionário.

AULA 13.ª

a) — Instrumentos de plectro.
b) — Silvio Deolindo Fróis.

AULA 14.ª

a) — Instrumentos de cordas com teclado.
b) — Pedro Irineu Jatobá.
c) — Questionário.

AULA 15.ª

a) — Instrumentos de sôpro. Instrumentos de embocadura livre.
b) — Compositores brasileiros contemporâneos. Compositores populares.

AULA 16.ª

a) — Instrumentos de palheta dupla (oboé, corninglês, fagote e contrafagote).
b) — Questionário.

Figura 12 - Conteúdos de Música nas aulas da 2ª série do curso secundário.
Fonte: Lima (1954, p. 107-109).

E em “Educação Musical no Curso Secundário” de Joppert (1967) indica que houve algumas mudanças na proposta do ensino de música na escola pública, definida pelo Serviço de Educação Musical do Departamento de Educação Média e Superior da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, em 1966.

A Educação Musical teve as seguintes unidades de trabalho desenvolvidas na 1ª série do curso secundário:

Música e Seus Elementos
Leitura Musical
Instrumentos Musicais
A Música na História do Brasil

Quadro 23 - Unidades de Trabalho.
Fonte: Joppert (1967).

No IEEL, com duas aulas semanais, eram abordados os seguintes conteúdos teóricos e práticos e também os elementos essenciais para o estudo da música, como:

Armadura de Clave – Claves de sol e fá
Valores das notas – unidade de tempo
Compassos – simples e composto
Manosolfa
Ponto de aumento – Pausas
Canto Orfeônico
Hinos – Nacional, da Independência, da Bandeira, do Soldado, do Paraná
Solfejos - melódico e rítmico – 1 e 2 vozes
Andamentos
Acidentes e alterações
Instrumentos musicais
Pauta
Ditados

Quadro 24-a - Conteúdo da disciplina de música no IEEL.
Fonte: Arquivo IEEL.

Além de todos esses temas, foi encontrado nos registros das aulas de música práticas de canto orfeônico, folclore brasileiro, biografias de compositores da música brasileira e européia:

Canto: “O Cavilhão”	Canto: “A Despedida”
Solfejo: “Margarida”	Canto: “Escravos de Jó”
Música de roda Infantil	Biografia: Carlos Gomes
Biografia: Mozart	Biografia: Beethoven
Biografia: Padre José Maurício	Biografia: Schubert
Biografia: Schumamm	Biografia: Bach
Biografia: Leopoldo Miguez	Folclore Nacional

Quadro 24-b - Conteúdo da disciplina de música no IEEL.
Fonte: Arquivo IEEL.

Posso concluir que a disciplina de Música esteve presente na grade curricular da Escola Normal desde o ano 1946 na 2ª série, e a partir de 1947 até 1961 em todas as séries, com uma aula semanal. Do ano de 1962 a 1968 somente turmas de 1ª e 2ª séries, também com uma aula semanal. De 1968 a 1970 não há indícios de que tenham ocorrido aulas de música ou os motivos de ela ter sido retirada da grade curricular neste período. E de 1971 a 1972, ela ocorre somente na 1ª série e também com uma aula semanal.

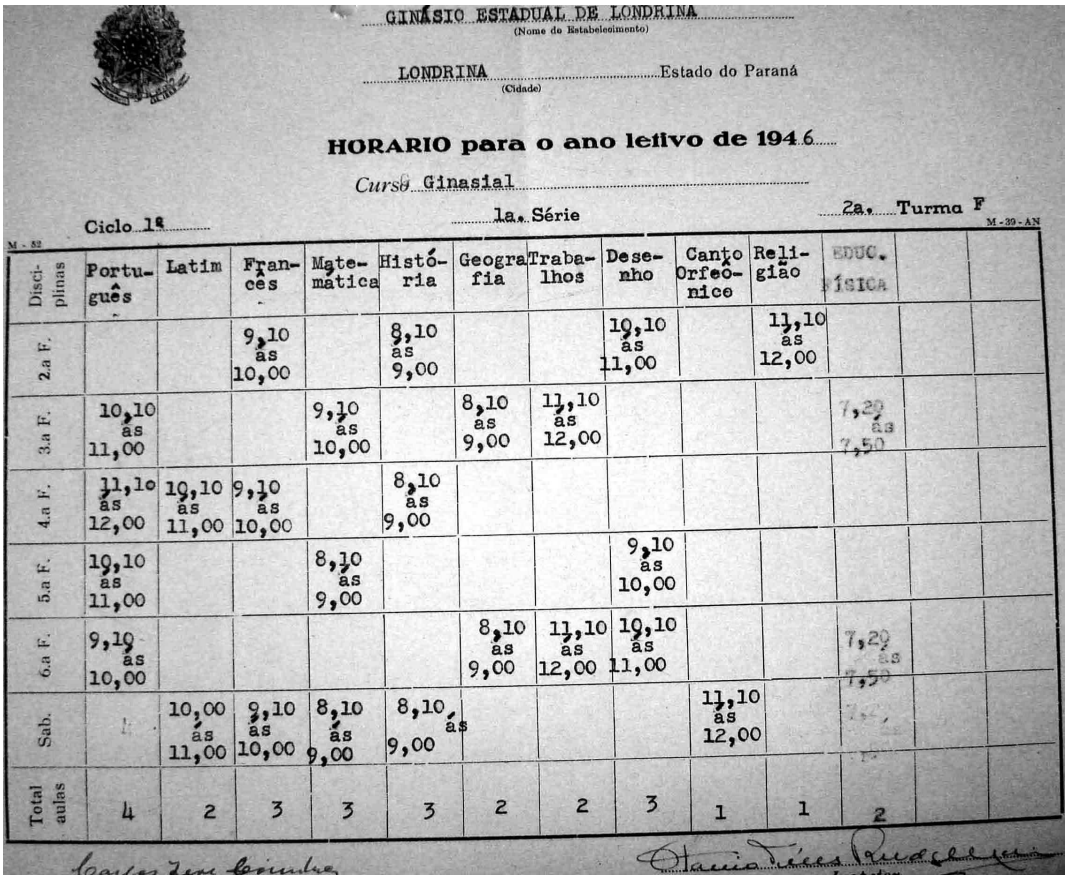
O outro estabelecimento de ensino secundário pesquisado é o atual Colégio Prof. Vicente Rijo, que também teve um papel importante para o desenvolvimento da educação em Londrina, marcando o início da escolarização de centenas de crianças em idade escolar que não podiam freqüentar o curso secundário até então pago das escolas particulares existentes na época.

Seguindo a legislação educacional vigente, o Ginásio Estadual de Londrina tem em sua grade curricular a disciplina de música/canto orfeônico desde a sua inauguração em 1946 e podemos observar também no quadro de horário que as primeiras turmas eram separadas pelo sexo e que no período noturno a disciplina não foi contemplada.

Português	História	Geografia	Latim	Matemática	Francês	Educação Física

Trabalhos Manuais	Canto Orfeônico	Religião	Desenho

Quadro 25 - Disciplinas da 1ª Série do curso ginasial em 1946.
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo (Anexo B, p. 170-173).



GINÁSIO ESTADUAL DE LONDRINA
(Nome do Estabelecimento)

LONDRINA Estado do Paraná
(Cidade)

HORARIO para o ano letivo de 1946

Curso Ginasial

Ciclo 1º 1a. Série 2a. Turma F

Disciplinas	Português	Latim	Francês	Matemática	História	Geografia	Trabalhos	Desenho	Canto Orfeônico	Religião	EDUC. FÍSICA		
2.a F.			9,10 as 10,00		8,10 as 9,00			10,10 as 11,00		11,10 as 12,00			
3.a F.	10,10 as 11,00			9,10 as 10,00		8,10 as 9,00	11,10 as 12,00				7,20 as 7,50		
4.a F.	11,10 as 12,00	10,10 as 11,00	9,10 as 10,00		8,10 as 9,00								
5.a F.	10,10 as 11,00			8,10 as 9,00				9,10 as 10,00					
6.a F.	9,10 as 10,00					8,10 as 9,00	11,10 as 12,00	10,10 as 11,00			7,20 as 7,50		
Sab.		10,00 as 11,00	9,10 as 10,00	8,10 as 9,00	8,10 as 9,00				11,10 as 12,00				
Total aulas	4	2	3	3	3	2	2	3	1	1	2		

Figura 13 - Horário Diurno das Primeiras turmas do curso ginasial.
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo

Segundo este quadro de horários de 1946, observamos que as primeiras turmas da 1ª série do ginásio tinham uma aula semanal de canto orfeônico, disciplina remanescente do processo de musicalização das escolas públicas brasileiras, iniciado por Villa Lobos nos anos 30 durante a era Vargas.

O quadro das disciplinas do curso ginasial permanece inalterado praticamente por 15 anos até 1961 quando percebemos duas aulas semanais para a 1ª série e uma aula semanal para as demais séries, mas em todo esse tempo a disciplina de música esteve presente.

Português	**História**	**Geografia**	**Latim**	**Matemática**	**Francês**
	Trabalhos Manuais	**Canto Orfeônico**	**Educação Física**	**Desenho**	

Quadro 26 - Disciplinas da 1ª Série do curso ginasial em 1961.
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo (Anexo B, p. 186-187).

Português	**História**	**Geografia**	**Latim**	**Matemática**	**Desenho**
Trabalhos Manuais	**Canto Orfeônico**	**Inglês**	**Francês**	**Educação Física**	

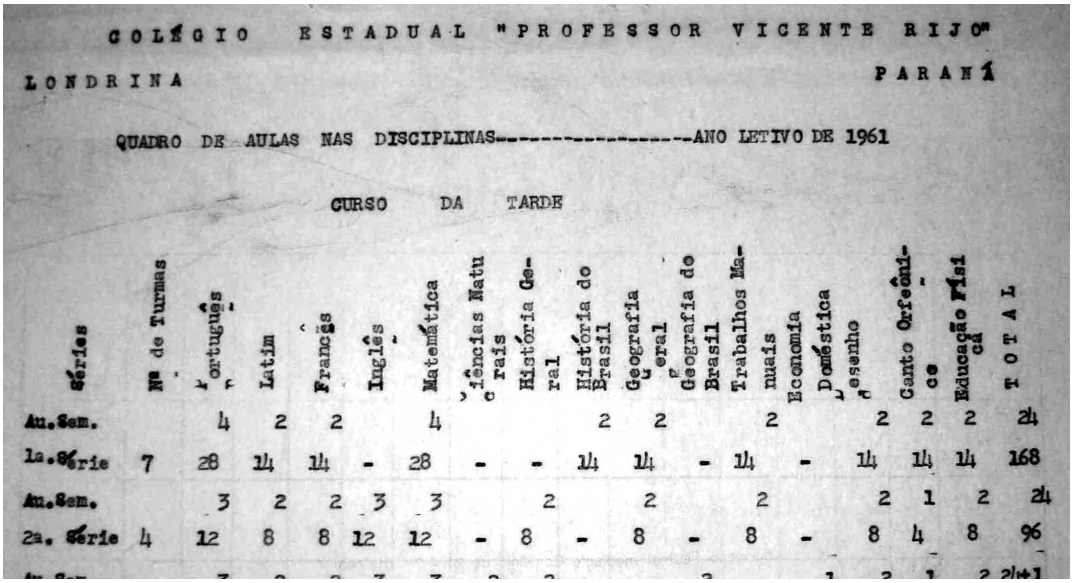
Quadro 27 - Disciplinas da 2ª Série do curso ginasial em 1961.
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo (Anexo B, p. 188-189).

Português	**História**	**Geografia**	**Latim**	**Matemática**	**Francês**	**Desenho**
Trabalhos Manuais		**Canto Orfeônico**	**Inglês**	**Ciências**	**Educação Física**	

Quadro 28 - Disciplinas da 3ª Série do curso ginasial em 1961.
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo (Anexo B, p. 190-191).

Português	**História**	**Geografia**	**Latim**	**Matemática**	**Francês**	**Desenho**
Trabalhos Manuais		**Canto Orfeônico**	**Inglês**	**Ciências**	**Educação Física**	

Quadro 29 - Disciplinas da 4ª Série do curso ginasial em 1961.
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo (Anexo B, p. 192-193).



COLÉGIO ESTADUAL "PROFESSOR VICENTE RIJO"

LONDRINA PARANÁ

QUADRO DE AULAS NAS DISCIPLINAS----------ANO LETIVO DE 1961

CURSO DA TARDE

Séries	Nº de Turmas	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	Ciências Naturais	História Geral	História do Brasil	Geografia Geral	Geografia do Brasil	Trabalhos Manuais	Economia Doméstica	Desenho	Canto Orfeônico	Educação Física	TOTAL
Au.Sem.		4	2	2		4			2	2		2		2	2	2	24
1a.Série	7	28	14	14	-	28	-	-	14	14	-	14	-	14	14	14	168
Au.Sem.		3	2	2	3	3		2		2		2		2	1	2	24
2a. Série	4	12	8	8	12	12	-	8	-	8	-	8	-	8	4	8	96

Figura 14 - Disciplinas do curso ginasial em 1961.
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo

Em 1949, com as quatro séries completas e quando se formou a primeira turma do ginásio, as disciplinas do ginásio estadual de Londrina eram as seguintes:

Português	**História**	**Geografia**	**Latim**	**Matemática**	**Francês**
Trabalhos Manuais	**Canto Orfeônico**	**Educação Física**	**Desenho**		

Quadro 30 - Disciplinas da 1ª Série do curso ginasial em 1949.
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo (Anexo B, p. 178-179).

Português	**História**	**Geografia**	**Latim**	**Matemática**	**Francês**	**Educação Física**
Trabalhos Manuais	**Canto Orfeônico**	**Inglês**	**Desenho**			

Quadro 31 - Disciplinas da 2ª Série do curso ginasial em 1949.
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo (Anexo B, p. 180-181).

Português	**História**	**Geografia**	**Latim**	**Matemática**	**Francês**	**Educação Física**
Trabalhos Manuais	**Canto Orfeônico**	**Inglês**	**Ciências**	**Desenho**		

Quadro 32 - Disciplinas da 3ª Série do curso ginasial em 1949.
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo (Anexo B, p. 182-183).

Português	**História**	**Geografia**	**Latim**	**Matemática**	**Francês**	**Educação Física**
Trabalhos Manuais	**Canto Orfeônico**	**Inglês**	**Ciências**	**Desenho**		

Quadro 33 - Disciplinas da 4ª Série do curso ginasial em 1949.
Fonte: Arquivo Colégio Prof. Vicente Rijo (Anexo B, p. 184-185).

ERROR: stackunderflow
OFFENDING COMMAND: ~

STACK:

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo